Demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 e parecer dos auditores independentes



PricewaterhouseCoopers

Edifício Metropolitan Business Center Av. Antônio Diederichsen, 400 21° e 22° 14020-250 Ribeirão Preto, SP - Brasil Caixa Postal 308 Telefone (16) 2133-6600 Fax (16) 2133-6685 www.pwc.com/br

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas São Martinho S.A.

- Examinamos o balanço patrimonial da São Martinho S.A. (controladora) e o balanço patrimonial consolidado da São Martinho S.A. e suas controladas (consolidado) em 31 de março de 2010 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da São Martinho S.A. e as demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das empresas, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração das empresas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. e da São Martinho S.A. e suas controladas em 31 de março de 2010 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados das operações da controladora do exercício findo nessa data, bem como o resultado consolidado das operações, os fluxos consolidados de caixa e os valores consolidados adicionados das operações desse exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



São Martinho S.A.

- As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das normas internacionais de contabilidade (IFRS). As informações relacionadas à natureza e ao efeito dessas diferenças identificadas pela administração estão apresentadas na Nota 31 às demonstrações financeiras.
- Os exames das demonstrações financeiras, controladora e consolidado, do exercício findo em 31 de março de 2009, apresentadas para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 22 de maio de 2009, exceto pela nota 31 às demonstrações financeiras com data de 10 de agosto de 2009, sem ressalvas.

Ribeirão Preto. 29 de junho de 2010, exceto pela Nota 31 às demonstrações financeiras,

10.

Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Maurício Cardoso de Moraes

Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Balanços patrimoniais em 31 de março Em milhares de reais

Total do ativo

Controladora Consolidado Ativo Nota 2010 2009 2010 2009 Circulante Caixa e equivalentes de caixa 24.200 28.676 130.634 190.063 9.980 45.544 Contas a receber de clientes 5 10.956 41.628 6.110 Instrumentos financeiros derivativos 26 32.469 942 58.984 Estoques 49.088 63.264 218.183 296.404 Tributos a recuperar 15.776 13.862 71.774 52.972 Dividendos a receber 10.329 2.641 6.086 10.900 Outros ativos 1.449 144.267 119.365 527.289 601.993 Não circulante Realizável a longo prazo 9.118 16.420 211 3.424 Partes relacionadas Imposto de renda e contribuição social diferidos 22 39.525 36.066 112.147 130.973 24.092 Contas a receber - Copersucar 1.073 6.435 4.020 Tributos a recuperar 6.195 8.158 47.390 67.578 Outros ativos 191 839 55.915 67.083 163.959 226.906 Investimentos Em sociedades controladas 1.202.539 1.101.249 3.540 3.482 Outros investimentos 3.430 3.430 Imobilizado 11 605.151 599.306 2.548.422 2.481.605 Intangível 12 208 262 37.167 37.887 Diferido 13 40.177 42.819 1.867.243 1.771.330 2.793.265 2.792.699

2.011.510

1.890.695

3.320.554

3.394.692

		(Controladora		Consolidado
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2010	2009	2010	2009
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	87.811	87.054	326.746	401.115
Instrumentos financeiros derivativos	26	250		580	6.269
Fornecedores	15	16.985	16.916	74.172	76.150
Obrigações - Copersucar	16	589	589	2.203	2.203
Salários e contribuições sociais		9.036	7.300	41.546	34.932
Tributos a recolher		3.005	4.286	16.602	9.704
Partes relacionadas	8	3.944	15.632	123	3.277
Dividendos a pagar		6.469		6.469	
Outros passivos	18	2.276	7.485	13.353	25.858
		130.365	139.262	481.794	559.508
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	14	46.910	41.099	628.393	730.486
Obrigações - Copersucar	16	51.229	57.507	194.042	216.369
Tributos parcelados	17	14.371	8.963	47.213	8.963
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	64.627	56.163	224.847	208.477
Provisão para contingências	25	11.799	8.839	39.309	74.127
Outros passivos	18	1.454	2.160	15.538	3.318
		190.390	174.731	1.149.342	1.241.740
Participação de acionistas minoritários					18.243
Patrimônio líquido	19				
Capital social		360.000	360,000	360,000	360,000
Reservas de reavaliação		1.068.202	1.117.599	1.068.202	1.117.599
Ajustes de avaliação patrimonial		45.821		45.821	
Reservas de lucros		218.631	101.002	217.294	99.501
Ações em tesouraria		(1.899)	(1.899)	(1.899)	(1.899)
		1.690.755	1.576.702	1.689.418	1.575.201
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.011.510	1.890.695	3.320.554	3.394.692

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de março Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		С	onsolidado
	Nota	2010	2009	2010	2009
Receita bruta de vendas Mercado interno Mercado externo		180.191 112.024	168.645 34.878	657.291 624.858	591.344 276.285
Deduções da receita bruta de vendas		292.215 (24.377)	203.523 (25.080)	1.282.149 (98.863)	867.629 (93.186)
Receita líquida das vendas		267.838	178.443	1.183.286	774.443
Custo dos produtos vendidos		(220.552)	(161.337)	(916.546)	(637.041)
Lucro bruto		47.286	17.106	266.740	137.402
Receitas (despesas) operacionais Com vendas Gerais e administrativas Honorários dos administradores Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(9.649) (21.756) (5.060) (3.921) (40.386)	(3.162) (23.307) (4.734) 16.738 (14.465)	(61.453) (88.882) (10.562) 5.917 (154.980)	(34.979) (100.176) (8.472) 46.898 (96.729)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		6.900	2.641	111.760	40.673
Resultado de participações societárias Resultado de equivalência patrimonial Ganho de capital por mudança de participação	10.1	90.336 12.885	(61.539)		
		103.221	(61.539)		
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras Variações monetárias e cambiais, líquidas	28	41.711 (76.239) 8.788 (25.740)	16.424 (31.318) (4.589) (19.483)	104.629 (171.209) 83.297 16.717	52.431 (154.748) (70.172) (172.489)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		84.381	(78.381)	128.477	(131.816)
Imposto de renda e contribuição social Do exercício Diferidos	22(b)	8.651	8.017	(21.014) (11.181)	(954) 54.510
Lucro líquido (prejuízo) antes da participação dos minoritários		93.032	(70.364)	96.282	(78.260)
Participação dos acionistas minoritários				(3.086)	6.395
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		93.032	(70.364)	93.196	(71.865)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		112.861	112.861		
Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social no final do exercício - R\$		0,82	(0,62)		

São Martinho S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Reservas de lucros									
			Reservas	de reavaliação	Ajust	es de avaliação patrimonial			Dividendos			
		Capital						Orçamento	adicionais	Ações em	Lucros	
	Nota	social	<u>Própria</u>	De investidas	Próprios	De investidas	Legal	de capital	propostos	tesouraria	acumulados	Total
Em 31 de março de 2008		360.000	378.401	783.445			5.079	97.656			24.384	1.648.965
Realização da reserva de reavaliação	19(c)		(12.044)	(32.203)							44.247	
Prejuízo do exercício											(70.364)	(70.364)
Absorção de prejuízos com reserva de lucros								(1.733)			1.733	
Aquisição de ações de emissão própria	19(b)									(1.899)		(1.899)
Em 31 de março de 2009		360.000	366.357	751.242			5.079	95.923		(1.899)		1.576.702
Realização da reserva de reavaliação	19(c)		(14.614)	(34.783)						, ,	49.397	
Resultado com derivativos - hedge accounting	26				25.458	20.363						45.821
Lucro líquido do exercício											93.032	93.032
Destinação do lucro:												
Constituição de reservas	19(d)						4.652	104.139			(108.791)	(0.400)
Dividendos mínimos obrigatórios	19(e)								0.000		(6.469)	(6.469)
Dividendos adicionais propostos Distribuição de juros sobre o capital próprio	19(e) 19(e)								8.838		(8.838) (18.331)	(18.331)
Distribuição de juros sobre o capital proprio	13(6)					-					(10.331)	(10.331)
Em 31 de março de 2010		360.000	351.743	716.459	25.458	20.363	9.731	200.062	8.838	(1.899)		1.690.755

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de março

Em milhares de reais

	Co	Controladora		onsolidado
	2010	2009	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	93.032	(70.364)	93.196	(71.865)
Ajustes		(/		(,
Depreciação e amortização	61.274	47.855	261.838	202.506
Resultado de equivalência patrimonial	(90.336)	61.539		
Ganho de capital por mudança de participação societária	(12.885)			
Custo residual de investimento e imobilizado baixado	` 1.161 [′]	346	3.017	14.375
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	20.801	21.507	(27.237)	205.924
Constituição de provisão para contingências, líquidas	2.163	3.398	8.008	12.252
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.110)	(8.017)	11.591	(54.191)
Constituição (reversão) de provisão para perdas na realização dos estoques		6.984	(6.313)	6.622
Efeitos da adesão ao REFIS - Parcelamento da Lei 11.941	5.358		(3.659)	
Participação de acionistas minoritários			3.086	(6.395)
Ajuste a valor presente e outros	1.404	1.664	2.946	4.544
	73.862	64.912	346.473	313.772
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(1.026)	24.251	3.178	46.432
Estoques	14.127	(24.211)	79.916	(92.641)
Tributos a recuperar	93	(5.542)	2.833	(60.558)
Partes relacionadas	7.561	1.517	59	(391)
Bens destinados a venda		()	(115)	15.764
Instrumentos financeiros derivativos	(12.214)	(942)	(4.488)	159
Outros ativos	6.554	(5.517)	25.014	(12.785)
Fornecedores	69	5.532	(2.168)	20.422
Salários e contribuições sociais	1.321	2.281	3.932	11.774
Tributos a recolher	1.219	1.597	25.984	415
Impostos parcelados	(878)	(1.142)	(335)	(2.555)
Provisão para contingencias	(1.323)	(2.604)	(7.581)	(15.468)
Outros passivos	(5.915)	9.501	(378)	25.999
Caixa proveniente das operacionais	83.450	69.633	472.324	250.339
Juros pagos	(10.705)	(5.972)	(39.618)	(48.259)
Imposto de renda e controbuição social pagos	(3.090)	(1.343)	(21.163)	(4.658)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	69.655	62.318	411.543	197.422
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação de recursos em investimentos		(3.390)	(22.460)	(3.315)
Adições ao imobilizado, intangível e diferido	(67.976)	(57.649)	(321.492)	(431.960)
Recebimento de recursos em partes relacionadas - mútuo	3.275			
Juros sobre o capital próprio recebidos	11.965			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(52.736)	(61.039)	(343.952)	(435.275)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	405.000		0.4.0.000	
Captação de financiamentos - terceiros	135.000	80.621	610.008	774.480
Amortização de financiamentos - Copersucar	(7.324)	(27.858)	(26.491)	(102.615)
Amortização de financiamentos - terceiros	(113.642)	(44.024)	(692.206)	(331.611)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(18.331)		(18.331)	
Captação (pagamento) de recursos de partes relacionadas - mútuo	(17.098)	(4.900)		(4.900)
Ações em tesouraria Participação de acionistas minoritários		(1.899)		(1.899) 17.027
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financimentos	(21.395)	6.840	(127.020)	355.382
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.476)	8.119	(59.429)	117.529
			` ,	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.676	20.557	190.063	72.534
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24.200	28.676	130.634	190.063
Informações adicionais	E 022	2 020	30 760	20 221
Valores a pagar a fornecedores referentes à aquisição de imobilizado	5.032	3.839	30.768	20.331

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de março

Em milhares de reais

Receitas 292.109 203.628 1.279.697 867.687 Receita referente a construção de ativos próprios 40.687 36.793 196.491 172.673 Outras receitas 3.219 16.633 5.650 67.088 Insumos adquiridos de terceitos 257.054 1.481.838 1.107.448 Custos dos produtos e das mercadorias vendidas (67.831) (45.119) (362.609) (223.444) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais (114.965) (73.290) (438.668) (300.425) Recuperação (perda) de valores ativos 12.885 4.879 (9.535) Valor adicionado bruto 166.104 138.645 685.440 574.044 Depreciação e amortização (61.274) (47.855) (261.838) (202.506)
Vendas brutas de mercadorias e produtos 292.109 203.628 1.279.697 867.687 Receita referente a construção de ativos próprios 40.687 36.793 196.491 172.673 Outras receitas 3.219 16.633 5.650 67.088 Insumos adquiridos de terceitos 257.054 1.481.838 1.107.448 Custos dos produtos e das mercadorias vendidas (67.831) (45.119) (362.609) (223.444) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais (114.965) (73.290) (438.668) (300.425) Recuperação (perda) de valores ativos 12.885 4.879 (9.535) Valor adicionado bruto 166.104 138.645 685.440 574.044
Receita referente a construção de ativos próprios 40.687 36.793 196.491 172.673 Outras receitas 3.219 16.633 5.650 67.088 336.015 257.054 1.481.838 1.107.448 Insumos adquiridos de terceitos Custos dos produtos e das mercadorias vendidas (67.831) (45.119) (362.609) (223.444) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais (114.965) (73.290) (438.668) (300.425) Recuperação (perda) de valores ativos 12.885 4.879 (9.535) Valor adicionado bruto 166.104 138.645 685.440 574.044
Outras receitas 3.219 16.633 5.650 67.088 Insumos adquiridos de terceitos Custos dos produtos e das mercadorias vendidas (67.831) (45.119) (362.609) (223.444) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais (114.965) (73.290) (438.668) (300.425) Recuperação (perda) de valores ativos 12.885 4.879 (9.535) Valor adicionado bruto 166.104 138.645 685.440 574.044
1.107.448
Insumos adquiridos de terceitos Custos dos produtos e das mercadorias vendidas (67.831) (45.119) (362.609) (223.444) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais (114.965) (73.290) (438.668) (300.425) Recuperação (perda) de valores ativos 12.885 4.879 (9.535) Valor adicionado bruto 166.104 138.645 685.440 574.044
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas (67.831) (45.119) (362.609) (223.444) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais (114.965) (73.290) (438.668) (300.425) Recuperação (perda) de valores ativos 12.885 4.879 (9.535) Valor adicionado bruto 166.104 138.645 685.440 574.044
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas (67.831) (45.119) (362.609) (223.444) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais (114.965) (73.290) (438.668) (300.425) Recuperação (perda) de valores ativos 12.885 4.879 (9.535) Valor adicionado bruto 166.104 138.645 685.440 574.044
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais (114.965) (73.290) (438.668) (300.425) Recuperação (perda) de valores ativos 12.885 4.879 (9.535) (169.911) (118.409) (796.398) (533.404) Valor adicionado bruto 166.104 138.645 685.440 574.044
Recuperação (perda) de valores ativos 12.885 4.879 (9.535) (169.911) (118.409) (796.398) (533.404) Valor adicionado bruto 166.104 138.645 685.440 574.044
(169.911) (118.409) (796.398) (533.404) Valor adicionado bruto 166.104 138.645 685.440 574.044
Valor adicionado bruto 166.104 138.645 685.440 574.044
Depredação e amortização (202.506)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade104.83090.790423.602371.538
Valor adicionado recebido em transferência
Resultado de equivalência patrimonial 90.336 (61.539)
Receitas financeiras 67.053 21.073 270.851 97.084
Outras <u>80 157 1.845 445</u>
Valor adicionado total a distribuir 262.299 50.481 696.298 469.067
Distribuição do valor adicionado
Pessoal e encargos
Remuneração direta 46.282 35.932 182.816 143.614
Benefícios 11.363 12.305 51.092 50.488
FGTS 4.138 3.492 15.112 12.197
Honorários dos administradores 5.060 4.734 10.562 8.472
Impostos, taxas e contribuições
Federais 8.185 13.569 65.642 14.946 Estaduais 603 10.372 22.461 50.708
Municipais 33 8 261 156 Menos: incentivos fiscais (9.581) (4.626)
Financiadores (3.361)
Juros 15.313 18.335 70.106 103.648
Aluguéis 229 79 503 810
Variações cambiais 16.554 9.238 82.925 114.825
Outras 61.507 12.781 108.117 52.089
Juros sobre capital próprio 18.331 18.331
Dividendos 6.469 6.469
Lucros retidos (prejuízo) do exercício 68.232 (70.364) 68.396 (71.865)
Participação dos acionistas minoritários 3.086 (6.395)
Valor adicionado distribuído 262.299 50.481 696.298 469.067

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Operações

A São Martinho S.A. ("Companhia") e suas controladas têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; co-geração de energia elétrica; exploração agrícola e pecuária; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 67% (59% no consolidado) da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é proveniente de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 33% (41% no consolidado) de fornecedores terceiros.

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e álcool.

A comercialização de açúcar e álcool (etanol) é realizada por intermédio de um consórcio firmado com a USJ Açúcar e Álcool S.A. ("USJ") e com a Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool ("SC") denominado Consórcio Allicom. Os custos, despesas e obrigações decorrentes das operações do consórcio são suportados pelos consorciados proporcionalmente à sua participação percentual no volume comercializado através da Allicom - Nota 1.4.

Como parte de seus objetivos estratégicos a Companhia mantêm investimentos nas seguintes controladas - Notas 3 e 10.1:

- Usina São Martinho S.A. ("USM");
- Usina Boa Vista S.A. ("UBV"); e
- Omtek Indústria e Comércio Ltda. ("Omtek);

1.2 Aquisição, pela USM, da participação da Mitsubishi Corporation na UBV

Em 24 de novembro de 2009, a USM adquiriu junto a Mitsubishi Corporation ("MC") 24.199.999 ações ordinárias da UBV, elevando sua participação no capital social da UBV para 51,55%, 100% no consolidado do grupo, pelo montante total de R\$ 24.329, sendo R\$ 7.036 na assinatura do contrato e R\$ 17.293 pelo prazo de 5 anos, registrando um ágio total de R\$ 3.000.

O referido saldo a pagar terá incidência de variação cambial do dólar norte-americano e juros de, aproximadamente, 3% ao ano.

O ágio pago pela USM foi reduzido em R\$ 1.823, em contrapartida do ajuste a valor presente do saldo à pagar a MC, e o valor remanescente foi integralmente atribuído a maisvalia do estoque de etanol da UBV.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Acordo para criação de joint venture com a Amyris Biotechnologies

Em 14 de abril de 2010, a USM anunciou um acordo com a *Amyris Biotechnologies* e sua subsidiária brasileira *Amyris Brasil* para a criação de uma *joint venture* objetivando operações no mercado de especialidades químicas e biocombustíveis produzidos a partir da cana-de-açúcar em 2012, utilizando a tecnologia *Amyris*.

O início da construção da planta química está sujeito a obtenção de licenças ambientais necessárias e outras condições a serem realizadas até 31 de dezembro de 2010.

1.4 Acordo de constituição do Consórcio Allicom

Em 22 de setembro de 2008, a Companhia, a USM e a UBV, juntamente com a USJ e a SC firmaram acordo para a constituição do Consórcio Allicom, que tem como objeto cuidar de aspectos operacionais relacionados à comercialização de açúcar e etanol para os consorciados, tais como negociações de preços, prazos e quantidades de produtos, execução de operações de "hedge" de açúcar e etanol sob orientações estratégicas individuais de cada consorciado, além de buscar a identificação de oportunidades de negócios para a comercialização da produção dos consorciados, tanto no mercado interno quanto no mercado externo. Cada consorciado é responsável pelo gerenciamento direto dos seus contratos de venda.

O consórcio é gerido por um Conselho Diretivo, composto por um representante de cada consorciado e não possui ativos e passivos próprios.

1.5 Aumento de capital e participação na UBV

Em reunião do Conselho da Administração realizada em 26 de fevereiro de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da controlada UBV, no montante de R\$ 172.288, mediante subscrição de 172.288.000 novas ações ordinárias, passando o capital social da controlada de R\$ 242.000 para R\$ 414.288. A integralização ocorreu pela USM com a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital.

Com esta alteração, a Companhia reduziu sua participação na UBV de 48,45% para 28,30%. Esta redução de percentual de participação gerou um ganho apurado com base nos resultados acumulados da UBV até 31 de março de 2009, no montante de R\$ 12.885, registrado na rubrica de Resultado de participações societárias, apurado da seguinte forma:

Ganho obtido com a redução do percentual de participação na UBV	12.885
Prejuízos apurados pela UBV até 31 de março de 2009	(63.955)
Perda de percentual de participação por não integralização de capital	20,15%
Participação detida pela Companhia na UBV em 31 de março de 2010	28,30%
Participação detida pela Companhia na UBV em 31 de março de 2009	48,45%

No entanto, o percentual de participação no consolidado não sofreu alterações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de junho de 2010, exceto pela Nota 31 que foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de julho de 2010.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de março de 2010, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de março de 2011, conforme descrito no item 2.3 a seguir.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que

tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas (mútuos), contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (impairment).

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

(ii) Instrumentos derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa.

Até fevereiro de 2010 a Companhia e suas controladas não aplicavam a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*), embora fizessem uso de derivativos com o objetivo de proteção, motivo pelo qual as correspondentes variações do valor justo dos derivativos eram contabilizadas diretamente no resultado do exercício, na rubrica "Resultado financeiro". A partir de maço de 2010, inclusive, a Companhia e suas controladas passaram a adotar a contabilização de *hedge accounting* para os derivativos assim designados.

As operações de *hedge accounting* seguem a política de risco aprovada pela administração da Companhia e de suas controladas e são submetidas a testes periódicos de efetividade, retrospectivo e prospectivo. Apenas a parcela dos derivativos designada para proteção, alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial"), líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na liquidação das referidas operações de *hedge accounting* de fluxo de caixa, seus efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica de "Receita bruta de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas no objeto do *hedge*.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota nº 26.

(c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço.

(d) Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação. Os gastos incorridos com a manutenção das lavouras de cana-de-açúcar são demonstrados como tratos culturais, na rubrica cana-de-açúcar - lavoura e são apropriados ao custo dos produtos por ocasião da colheita da respectiva safra.

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota nº 22).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(g) Investimentos

Os investimentos relevantes em sociedades controladas (nas quais a Companhia possui influência significativa) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

(h) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescidos de reavaliação para os grupos de terras, edificações, veículos e equipamentos e instalações industriais e agrícolas. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na nota explicativa nº 11. A depreciação dos custos de formação das lavouras de cana-de-açúcar é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de cinco a sete anos, após o início dos cortes.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados.

Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

(i) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, cuja amortização ocorre de forma linear considerandose o prazo estimado de sua utilização e benefícios a serem auferidos. O ágio atribuído à rentabilidade futura foi amortizado até 31 de março de 2009, segundo as projeções de rentabilidade futura proporcionada por tais aquisições, e não mais será amortizado, e o ágio vinculado a outros ativos é amortizado de acordo com a realização dos mesmos.

(j) Diferido

Refere-se a despesas pré-operacionais incorridas na construção da planta industrial da UBV. A amortização é realizada em dez anos, de forma proporcional à utilização da capacidade de produção esperada no período.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(k) Redução ao valor recuperável dos ativos

O imobilizado, e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

(I) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescido, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos no resultado numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

(n) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

(o) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais correspondentes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(p) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

(q) Reconhecimento de receita e apuração do resultado

No caso das vendas, a receita compreende o valor faturado e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

As demais receitas, custos das vendas e despesas também são reconhecidos pelo regime de competência.

2.3 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados após 1º de abril de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2010, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de março de 2010.

(a) Pronunciamentos

- . CPC 15 Combinação de negócios
- . CPC 16 Estoques
- . CPC 18 Investimentos em coligadas
- . CPC 19 Participação em empreendimento controlado em conjunto
- . CPC 20 Custos de empréstimos
- . CPC 21 Demonstração intermediária
- . CPC 22 Informação por segmento
- . CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- . CPC 24 Eventos subsequentes
- . CPC 25 Provisões, passivos e ativos contingentes

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . CPC 26 Apresentação das demonstrações contábeis
- . CPC 27 Ativo imobilizado
- . CPC 28 Propriedade para investimento
- . CPC 29 Ativo biológico e produto agrícola
- . CPC 30 Receitas
- . CPC 31 Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada
- . CPC 32 Tributos sobre o lucro
- . CPC 33 Benefícios a empregados
- . CPC 36 Demonstrações consolidadas
- . CPC 37 Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- . CPC 38 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- . CPC 39 Instrumentos financeiros: apresentação
- . CPC 40 Instrumentos financeiros: evidenciação

(b) Interpretações

- . ICPC 03 Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil
- . ICPC 04 Alcance do CPC10 Pagamento baseado em ações
- . ICPC 05 CPC 10 Pagamento baseado em ações
- . ICPC 07 Distribuição de dividendos in natura
- . ICPC 08 Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- . ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
- . ICPC 10 Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2010 e de 2009 observam os percentuais de participação em controladas em vigor nas respectivas datas e os critérios de consolidação proporcional aplicáveis, de acordo com as normas das CVM. Os saldos consolidados incluem as seguintes empresas controladas:

Empresa	Atividades principais				
USM - participação de 100% no capital social	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de- açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados, co-geração de energia elétrica, exploração agrícola e participação em sociedades.				
UBV - participação de 28,30% no capital social em 31 de março de 2010 (100% incluindo a participação da USM após outubro de 2009) e 48,45% em 31 de março de 2009 (90% incluindo a participação da USM em 31 de março de 2009).	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de- açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio álcool e seus derivados, co- geração de energia elétrica e exploração agrícola.				
Omtek - participação de 99,99% no capital social (100% incluindo a participação da USM).	Industrialização e comercialização, no mercado externo, de sal sódico. O ciclo operacional é o mesmo da sociedade controladora, que é a responsável pelo fornecimento, em condições específicas, do melaço de cana-de-açúcar, vapor e energia elétrica, insumos necessários à produção da empresa.				
As informações financeiras da USM são consolidadas previamente à consolidação efetuada					

As informações financeiras da USM são consolidadas previamente à consolidação efetuada pela Companhia, utilizando práticas contábeis e critérios de consolidação consistentes com as utilizadas pela Companhia.

A consolidação da USM compreende as seguintes controladas:

 Mogi Agrícola S.A. ("Mogi") - 46,02% de participação no capital social (consolidação proporcional). Os principais grupos de contas desta controlada em conjunto apresentam os seguintes saldos:

	31/03/2010	31/03/2009
Ativo circulante Ativo não circulante:	1	4
Realizável a longo prazo Investimentos, imobilizado e intangível	529 <u>57.147</u>	693 <u>57.160</u>
Total do ativo	<u>57.677</u>	<u>57.857</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo circulante	3	13
Patrimônio líquido	<u>57.674</u>	<u>57.844</u>
Total do passivo	<u>57.677</u>	<u>57.857</u>
Receita de arrendamento de terras	131	1.812
Despesas operacionais	(301)	(453)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(170)	1.359

 USL - 41,67% de participação no capital social (consolidação proporcional). Os principais grupos de contas desta controlada em conjunto apresentam os seguintes saldos:

	31/03/2010	31/03/2009
Ativo circulante Ativo não circulante:	4.476	7.750 0
Realizável a longo prazo Investimentos, imobilizado e intangível	294 <u>7.310</u>	21.423 <u>6.894</u>
Total do ativo	<u>12.080</u>	<u>36.067</u>
Passivo circulante Passivo não circulante Adiantamento para futuro aumento de capital	1.447 24.624 3.400	2.233 37.889
Passivo a descoberto	(17.391)	<u>(4.055)</u>
Total do passivo	<u>12.080</u>	<u>36.067</u>
Receita líquida de vendas Custos e despesas operacionais Prejuízo operacional Prejuízo do exercício	1.184 (9.762) (9.762) (13.340)	16.706 (22.346) (5.640) (4.759)

- UBV 71,70% de participação no capital social (41,55% até outubro de 2009).
- SMBJ Agroindustrial S.A. ("SMBJ") 99,9% de participação no capital social.

Adicionalmente, os seguintes principais procedimentos de consolidação foram adotados:

- a) Eliminação das participações no patrimônio líquido das controladas;
- b) Eliminação do saldo de investimento e do resultado de equivalência patrimonial;
- c) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas e eventuais lucros não realizados decorrentes de transações efetuadas entre as empresas;
- d) Reclassificação de deságio em controladas indiretas para o grupo do passivo exigível a longo prazo "Outros" e de ágio em controladas indiretas para linhas específicas no grupo do intangível e estoques.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

			Controladora
	Rendimentos	31/03/2010	31/03/2009
Caixa e bancos		24.200	28.676
			Consolidado
	Rendimentos	31/03/2010	31/03/2009
Caixa e bancos		92.122	137.279
Aplicações financeiras			
. LCA	70% da variação do CDI - taxa média ponderada	35.034	
. CDB	101,72% da variação do CDI - taxa média ponderada		36.904
. Debêntures compromissadas	99,44% da variação do CDI - taxa média ponderada	3.478	14.528
. Conta remunerada SWEEP	Variação do dólar norte-americano + taxa variável de 1,45% a 2,25% a.a.		1.352
		130.634	190.063

O saldo de caixa e bancos compreende depósitos em conta-corrente disponíveis para uso imediato. Referidos saldos apresentam-se com valores significativos em função do fluxo normal das operações da Companhia e controladas.

Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas em até 30 (trinta) dias, sem perda de rendimentos.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

		Controladora		Consolidado
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Clientes mercado interno Clientes mercado externo	8.202 2.754	9.980	32.525 9.103	44.235 1.309
	10.956	9.980	41.628	45.544

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os exercícios findos em 31 de março de 2010 e de 2009, não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	Controladora			Consolidado
Vencidas:	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Até 30 dias	2.920	745	4.605	3.544
de 31 a 60 dias	10		41	1.426
acima de 61 dias	31	112	109	169
A vencer:				
Em até 30 dias	7.714	7.998	36.443	33.720
de 31 a 60 dias	243	983	289	3.608
após de 61 dias	38	142	141	3.077
	10.956	9.980	41.628	45.544

O prazo médio de recebimento das contas a receber foi de 21 dias (15 dias no consolidado).

6 ESTOQUES

		Controladora
	31/03/2010	31/03/2009
Produtos acabados e em elaboração	14.004	21.090
Cana-de-açúcar - tratos culturais	26.315	32.073
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	2.225	3.144
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	6.544	6.957
	49.088	63.264

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	31/03/2010	31/03/2009	
Produtos acabados e em elaboração	44.699	102.986	
Sal sódico - RNA	1.499	6.572	
Cana-de-açúcar - tratos culturais	111.559	117.090	
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	31.023	42.562	
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	29.504	33.642	
Provisão para redução dos estoques a valor de realização	(101)	(6.448)	
	218.183	296.404	

Com o objetivo de garantir o cumprimento de parte das obrigações assumidas por ocasião do desligamento da Copersucar, ocorrido em 31 de março de 2008, a Companhia ofereceu em penhor à Copersucar 8.908 m³ de álcool anidro carburante (25.757 m³ no consolidado).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 TRIBUTOS A RECUPERAR

Ativo circulante

Não circulante

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	C	ontroladora
	31/03/2010	31/03/2009
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	9.803	10.538
IRPJ	3.439	4.724
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	5.180	3.737
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	1.955	2.102
CSLL	1.563	872
Outros	31	47
	21.971	22.020
Ativo circulante	(15.776)	(13.862)
Não circulante	6.195	8.158
	C	onsolidado
	31/03/2010	31/03/2009
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	67.540	62.777
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	24.591	31.245
IRPJ	8.666	9.573
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	14.074	12.946
CSLL	3.360	1.854
Outros	933	2.155
	119.164	120.550

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações, ajustados a valor presente quando aplicável (créditos sobre aquisições de imobilizado).

(71.774)

47.390

(52.972)

67.578

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos da controladora e do consolidado:

		31/03/2010		31/03/2009
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
De controladas: USM Omtek	447 46	922 3.005	4.614 11.768	9.716
UBV	8.625	17	38	5.916
Sub-total	9.118	3.944	16.420	15.632
De acionistas, decorrente de compra de cana-de-açúcar - Fornecedores		254		193
	9.118	4.198	16.420	15.825
			C	Consolidado
		31/03/2010		31/03/2009
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
De controladas em conjunto e relacionadas:				
Mogi		123		26
Agropecuária Vale do Corumbatai S.A.	6			
Agropecuária Caieira do Norte S.A. Imobiliária Paramirim S.A.	2 5			
Monte Sereno Agrícola Ltda.	9			
SM Participações S.A.	2			
USL SC	21		1.393	3.251
Usina da Barra S.A Açúcar e Álcool	26		1.856	
Sub-total De acionistas, decorrente de	71	123	3.249	3.277
arrendamento de terra De acionistas, decorrentes de compra de	140		175	
cana-de-açúcar - Fornecedores		1.396		959
ound do agadar i ornocodoreo		1.000		333

Controladora

211

1.519 3.424

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos mantidos com controladas em 31 de março de 2010 e de 2009 referem-se a contratos de mútuo com vencimento a cada 31 de dezembro, prorrogáveis por mais um ano, sobre os quais incidem encargos equivalentes a 100% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e outras transações mercantis entre as empresas.

O prazo máximo estimado para a liquidação de todos os saldos de longo prazo com as partes relacionadas é de 24 meses. As compras de cana-de-açúcar de acionistas observam condições mercantis semelhantes às praticadas com terceiros.

b) Transações da controladora no exercício:

						31/03/2010
	Receitas financeiras	Despesas financeiras e administrativas	Receitas de vendas	Despesas rateadas por controlada	Despesas reembolsadas por controladas	Compras de produtos e serviços
USM Omtek	8 72	973	2.462 6.453	4.246	2.393 59	68
UBV Acionistas	91	646	3		1.092	16.112
aluguel de imóveisprestação de serviços		73 157				
- compra de cana-de-açúcar						1.428
	171	1.849	8.918	4.246	3.544	17.608

Receitas financeiras	Despesas financeiras e administrativas	Receitas de vendas	Despesas rateadas por controlada	Despesas reembolsadas por controladas	Compras de produtos e serviços
	1.722	10.472	3.829	4.225	145
157		6.194		78	
1.815	137			616	29
	70				
	208				
				,	3.720
1.972	2.137	16.666	3.829	4.919	3.894
1	157 1.815	Receitas financeiras financeiras e administrativas 157 1.722 1.815 137 70 208	Receitas financeiras e financeiras financeiras e administrativas de vendas 1.722 10.472 1.815 137 70 208	Receitas financeiras e financeiras de vendas vendas rateadas por controlada 1.722 10.472 3.829 157 6.194 1.815 137 70 208	Receitas financeiras financeiras e administrativas de vendas rateadas por controlada reembolsadas por controladas 1.722 10.472 3.829 4.225 157 6.194 78 1.815 137 616

24/02/2000

As transações com partes relacionadas referem-se a receitas e despesas relativas a encargos incidentes sobre contratos de mútuo, venda de melaço, vapor, energia elétrica, compra e venda de insumos agrícolas e industriais e outros produtos, aluguéis de imóveis, prestação de serviços advocatícios e compras de cana-de-açúcar de partes relacionadas, as quais observam condições mercantis semelhantes às praticadas com terceiros.

As despesas rateadas por controlada referem-se a gastos incorridos pela USM com o centro de serviços compartilhados. As despesas reembolsadas por controladas referem-se a gastos incorridos com o Conselho de Administração e o escritório corporativo. Os rateios estão suportados por contratos celebrados entre as partes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Transações do consolidado no exercício:

	31/03/2010	31/03/2009
Acionistas		
- aluguel de imóveis	73	70
- prestação de serviços	1.364	1.236
- compra de cana-de-açúcar	7.802	6.628
	9.239	7.934

d) Remuneração do pessoal-chave da administração:

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	C	ontroladora	Consolidae		
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009	
Ordenados e salários	511	399	511	399	
Honorários e bônus	5.060	4.734	10.562	8.472	
Contribuições previdenciárias e sociais	1.003	987	2.033	1.770	
Plano de previdência privada	121	65	311	69	
Programa de participação nos resultados	74	37	74	37	
Outros	50	67	79	264	
	6.819	6.289	13.570	11.011	

9 OUTROS ATIVOS

		<u>Controladora</u>	Consolidado			
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009		
Despesas antecipadas	178	922	1.473	6.216		
Adiantamentos diversos	1.238	1.698	4.575	4.616		
Outros	37	25	229	907		
	1.453	2.645	6.277	11.739		
Ativo circulante	(1.449)	(2.641)	(6.086)	(10.900)		
Ativo não circulante	4	4	191	839		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 INVESTIMENTOS

Os saldos de investimentos da controladora em sociedades controladas são compostos como segue:

10.1 Sociedades controladas

				31/03/2010
	USM	UBV	Omtek	Total
Em Sociedades controladas:				
Ações/quotas possuídas (milhares)	23.500	117.243	13.925	
Percentual de participação	100%	28,30%	99,99%	
Capital social	60.000	414.288	13.925	
Patrimônio líquido	1.088.754	371.855	18.861	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	86.311	17.047	(801)	
Movimentação dos investimentos:				
Saldos em 31 de março de 2009	993.205	88.383	19.661	1.101.249
Juros sobre o capital próprio recebidos	(11.965)			(11.965)
Dividendos provisionados	(10.329)			(10.329)
Ganho (perda) de reserva de reavaliação reflexa, por aumento (diminuição) de participação Ganho de capital por diminuição de participação nos	864	(864)		
resultados acumulados até 31 de março de 2009		12.885		12.885
Ganho reflexo sobre Ajustes de avaliação patrimonial	20.338	25		20.363
Resultado de equivalência patrimonial	86.312	4.824	(800)	90.336
Saldos em 31 de março de 2010	1.078.425	105.253	18.861	1.202.539

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				31/03/2009
	USM	UBV	Omtek	Total
Em Sociedades controladas:				
Ações/quotas possuídas (milhares)	23.500	117.243	13.925	
Percentual de participação	100%	48,45%	99,99%	
Capital social	60.000	242.000	13.925	
Patrimônio líquido	993.206	182.430	19.661	
Prejuízo do exercício	(28.067)	(63.995)	(2.488)	
Movimentação dos investimentos:				
Saldos em 31 de março de 2008	1.022.213	20.550	22.149	1.064.912
Aumento de participação acionária		97.876		97.876
Ganho (perda) de reserva de reavaliação reflexa,				
por aumento (diminuição) de participação	(941)	941		
Resultado de equivalência patrimonial	(28.067)	(30.984)	(2.488)	(61.539)
Saldos em 31 de março de 2009	993.205	88.383	19.661	1.101.249

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as controladas diretas e indiretas.

10.2 Ágio, cisão e incorporação da Etanol Participações S.A. ("EP")

Em 12 de abril de 2007, a EP adquiriu participação no capital social da USL e da Agropecuária Aquidaban S.A. ("AA"), pelos montantes de R\$ 184.080 e R\$ 61.360, respectivamente, registrando um ágio total no montante de R\$ 210.117, sendo R\$ 154.013 referentes à aquisição da USL e R\$ 56.104 referentes à aquisição da AA, com base nas demonstrações financeiras daquelas empresas levantadas em 31 de março de 2007.

Em 10 de dezembro de 2007, os acionistas da EP comunicaram ao mercado o encerramento das atividades operacionais da USL e AA. Na sequência das deliberações acima, em 21 de dezembro de 2007 os acionistas da EP deliberaram pela cisão total de seus ativos e passivos, os quais foram vertidos para a USL e AA. As participações societárias da EP nos patrimônios da USL e AA foram extintas, e as ações anteriormente detidas pela EP na USL e AA foram atribuídas a seus acionistas.

Em função destas decisões, a distribuição do ágio pago pela EP na aquisição destas controladas entre mais-valia de ativos e rentabilidade futura foi revista e as determinações das Instruções CVM nº. 319, de 3 de dezembro de 1999, e nº. 349, de 6 de março de 2001, foram aplicadas no processo de consolidação da controlada USM.

Esta revisão teve como base laudo de avaliação do valor econômico do investimento preparado por peritos independentes considerando a absorção das operações destas controladas pelas acionistas controladoras e a venda de parte significativa de seus ativos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

imobilizados. Os ativos imobilizados disponibilizados para venda passaram a ser classificados no balanço patrimonial consolidado em rubrica específica no ativo não circulante, compreendendo o custo histórico contábil adicionado do ágio a eles atribuído, os quais somados compõem o valor esperado de realização destes ativos, conforme determinado em laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Os ativos imobilizados que não serão vendidos permanecem classificados em rubrica própria, pelo custo histórico de aquisição somado do ágio respectivo. O ágio remanescente foi classificado como rentabilidade futura, líquido do benefício fiscal respectivo e, encontra respaldo em avaliação econômica do investimento segundo a nova premissa operacional estabelecida em dezembro de 2007.

Até 31 de março de 2009, a parcela do ágio relativa à rentabilidade futura estava sendo amortizada em período não superior a 10 (dez) anos, de acordo com a expectativa de retorno do investimento prevista no laudo de avaliação econômica segundo a configuração operacional do investimento. Conforme determinado pelo CPC 01 e pela deliberação CVM 565/08, o ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura deixou de ser sistematicamente amortizado a partir do exercício social iniciado em 1º de abril de 2009 e passou a ser analisado periodicamente quanto à capacidade de recuperação. As análises efetuadas não indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas.

Para o exercício findo em 31 de março de 2009, o montante bruto amortizado atribuível à USM foi de R\$ 7.289. O ágio atribuído aos ativos destinados à venda será amortizado quando da realização de tais ativos. O benefício fiscal oriundo do ágio referente à rentabilidade futura é amortizado conforme sua efetiva utilização nas apurações fiscais.

Após os eventos mencionados acima e as movimentações de amortização e baixa em decorrência dos bens vendidos, a distribuição do ágio no consolidado é como segue:

	Ágio	Amortizações/ baixas acumuladas	Saldo líquido 31/03/2010	Saldo líquido 31/03/2009
Rentabilidade futura - Intangível Mais-valia de ativos destinados à venda Benefício fiscal relativo à parcela da	39.688 27.415	(5.673) (27.323)	34.015 92	34.015 208
rentabilidade futura - Impostos diferidos	20.446	(6.861)	13.585	17.524
	87.549	(39.857)	47.692	51.747

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 IMOBILIZADO

								Co	ontroladora
	Terras	Edificios e depen- dencias	Equipa- mentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implem. agrícolas	Lavouras de cana-de- açúcar	Outras imobili- zações	Obras em anda- mento	Total
Saldo em 31/03/2008 Aquisição Alienação (residual) Transferência	314.051	19.006	107.973 20.441 (2.457) 21.433	13.071 1.443 (275) 1.939	33.209 25 1.287 5.823	78.451 23.134	18.920 3.660 (4.456) (13.870)	13.047 13.544 (17.264)	597.728 62.247 (5.901)
Depreciação		(1.515)	(24.285)	(3.775)	(10.339)	(14.451)	(403)		(54.768)
Saldo em 31/03/2009	314.051	19.430	123.105	12.403	30.005	87.134	3.851	9.327	599.306
Custo Reavaliação Depreciação acumulada	20.851 293.200	14.607 11.084 (6.261)	71.880 88.376 (37.151)	11.359 8.235 (7.191)	19.558 21.330 (10.883)	137.246	8.304 (4.453)	9.327	293.132 422.225 (116.051)
Valor residual	314.051	19.430	123.105	12.403	30.005	87.134	3.851	9.327	599.306
Aquisição Alienação (residual) Transferência Depreciação	(869)	10 (1.706)	19.361 (95) 7.685 (33.269)	242 (96) 184 (3.688)	2.921 (96) 670 (5.402)	26.503	(324) (57) (489)	19.456 (8.482)	68.493 (1.480) (61.168)
Saldo em 31/03/2010	313.182	17.734	116.787	9.045	28.098	97.023	2.981	20.301	605.151
Custo Reavaliação Depreciação acumulada	20.757 292.425	14.602 11.084 (7.952)	82.018 88.306 (53.537)	11.766 7.961 (10.682)	23.150 21.150 (16.202)	164.872	7.917 (4.936)	20.301	345.383 420.926 (161.158)
Valor residual	313.182	17.734	116.787	9.045	28.098	97.023	2.981	20.301	605.151
Taxa média de depreciação		6,66%	11,50%	19,71%	12,29%	15,87%	12,41%		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								c	Consolidado
	Terras	Edificios e depen- dencias	Equipa- mentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implem. agrícolas	Lavouras de cana-de- açúcar	Outras imobili- zações	Obras em anda- mento	Total
Saldo em 31/03/2008 Aquisição Alienação (residual) Transferência Transferência para o RLP Depreciação	998.072 9.893 (160) 4.091	68.003 28 (2.377) 106.530 (8.341)	341.414 24.641 (2.993) 368.174 (19.158) (98.344)	54.167 18.204 (812) 2.340 (12.985)	137.146 15.742 1.222 19.366 (37.273)	312.078 138.654 (10.893) (60.401)	103.551 51.224 (33.260) (92.182)	277.727 217.666 (286) (408.319)	2.292.158 476.052 (38.666) (30.051) (217.888)
Saldo em 31/03/2009	1.011.896	163.843	613.734	60.914	136.203	379.438	28.789	86.788	2.481.605
Custo Reavaliação Depreciação acumulada	106.812 905.084	135.780 47.642 (19.579)	439.908 340.197 (166.371)	56.544 29.806 (25.436)	106.776 69.951 (40.524)	556.702	50.554	86.788	1.539.864 1.392.680 (450.939)
Valor residual Aquisição	1.011.896	163.843	613.734 82.906	7.794	136.203	379.438 136.949	28.789	95,930	2.481.605
Aquisiçau Alienação (residual) Transferência Transferência para o RLP Depreciação	(897)	19.975	(473) 18.615 97 (129.798)	(520) 5.951 5 (14.256)	(218) 5.666 29 (22.069)	(75.540)	(16.248) 81 180 (1.844)	(50.288)	(18.356) 311 (252.944)
Saldo em 31/03/2010	1.011.574	174.567	585.081	59.888	131.759	440.847	12.276	132.430	2.548.422
Custo Reavaliação Depreciação acumulada	122.436 889.138	155.912 47.642 (28.987)	476.036 339.788 (230.743)	69.552 29.041 (38.705)	124.616 69.516 (62.373)	696.840	35.987	132.430	1.813.809 1.375.125 (640.512)
Valor residual	1.011.574	174.567	585.081	59.888	131.759	440.847	12.276	132.430	2.548.422
Taxa média de depreciação		5,03%	9,09%	15,23%	11,77%	17,07%	15,23%		

Em 31 de março de 2010, o saldo de obras em andamento da controladora refere-se à adequação do parque industrial para o aumento na produção de açúcar e outras melhorias na unidade industrial. No consolidado, o saldo de obras em andamento compreende também melhorias da unidade industrial da USM e UBV, adequação do parque industrial para o aumento na produção de açúcar da USM, ampliação e melhorias das instalações administrativas e do parque industrial da UBV.

Em função de alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas, bens do ativo imobilizado, no montante consolidado de R\$ 379.453 em 31 de março de 2010, encontram-se gravados em garantia dos credores. Estes itens são representados, em sua grande maioria, por equipamentos e instalações industriais e máquinas e implementos agrícolas. Adicionalmente, o montante de R\$ 147.604 (R\$ 589.720 no consolidado), referente a terras, foi oferecido em garantia de créditos rurais securitizados registrados no passivo circulante e exigível a longo prazo.

Em 31 de março de 2010, 6.136 ha. de terras da USM estavam datas em garantias para operações da UBV.

A Companhia, a USM (incluindo suas respectivas controladas) e a Omtek registraram, em 31 de março de 2007, reavaliação de terras, edificações, equipamentos e instalações industriais, com base em laudos elaborados por peritos independentes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A partir de 31 de março de 2007 o valor dos ativos reavaliados passou a ser depreciado de acordo com a vida-útil econômica estimada remanescente, determinada no laudo de reavaliação.

Os gastos com manutenção no período de entressafra são alocados ao imobilizado e depreciados integralmente na safra seguinte.

Os valores de reavaliação (líquidos de depreciação e brutos de impostos diferidos) de bens do ativo imobilizado, em 31 de março de 2010 e de 2009, montava a R\$ 365.247 e R\$ 385.213, respectivamente, sendo R\$ 1.159.472 e R\$ 1.252.533 no consolidado.

No consolidado, as depreciações e baixas da reavaliação que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de março de 2010 e de 2009 totalizam R\$ 75.064 e R\$ 67.105, respectivamente, líquidos dos montantes alocados aos estoques e brutos dos efeitos fiscais.

A Companhia e suas controladas capitalizaram encargos financeiros no montante de R\$ 8.176 no exercício findo em 31 de março de 2010 (2009 - R\$ 16.582).

12 INTANGÍVEL

		Controladora		Consolidado
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Ágio rentabilidade futura Amortização acumulada Software	2.034	2.032	38.826 (4.811) 6.874	38.826 (4.811) 6.827
Amortização acumulada	(1.826)	(1.770)	(3.722)	(2.955)
	208	262	37.167	37.887

O ágio relativo à rentabilidade futura oriundo do acervo líquido cindido da USL, que foi incorporado pela USM, deixou de ser amortizado a partir do exercício social que se iniciou em 1º de abril de 2009, conforme mencionado na nota explicativa n°. 10.2.

13 DIFERIDO

	Consolidado		
	31/03/2010	31/03/2009	
Despesas pré-operacionais Outros	44.755 52	44.755 52	
Amortização acumulada	(4.630)	(1.988)	
	40.177	42.819	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As despesas pré-operacionais referem-se, substancialmente, àquelas incorridas pela controlada UBV, cuja amortização é calculada pelo período de dez anos a partir do início da operação da planta, ocorrido em julho de 2008, de forma proporcional à utilização da capacidade de produção esperada no período.

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Contro	
Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento	31/03/2010	31/03/2009
Em moeda nacional:					
Créditos rurais securitizados	IGP-M + juros médios ponderados de 4,11% a.a., pagos anualmente	(a)	Parcelas anuais com venctos. entre Set/2018 e Jul/2020	26.216	27.544
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 10,09% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(b)	Parcela única com venctos. entre Dez/2010 e Out/11	27.577	1.922
Crédito rural	Juros pré-fixados de 9,99% a.a. + correção monetária da TR pagos no vencimento final do contrato	(b)	Parcela única com vencimento final entre Jan e Dez/2010		17.847
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 2,87% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com venctos entre Abr/2010 e Abr/2014	17.002	22.386
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 7,42% a.a. pagos mensalmente	(d)	Parcelas mensais com venctos entre Abr/2010 a Dez/2014	4.615	6.643
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3% a.a. pagos anualmente	(e)	Parcelas anuais com vencto. final em Out/2025	75	78
Capital de giro	Variação de 130% do CDI OVER CETIP pagos nos vencimentos finais dos contratos	(f)	Parcela única com venctos entre Mai/2010 e Jun/2010	17.143	17.030
Leasing	Taxa pré-fixada de 7,08% a.a. pagos mensalmente.	(g)	Parcelas mensais com vencto. final em Abr/2013	49	61
Em moeda estrangeira:					
ACC	Taxa pré-fixada de 3,24% a.a. + Variação do dólar americano pagos nos vencimentos finais dos contratos	(h)	Parcela única com vencimento final entre Jan/2010 e Jul/2010	42.044	34.642
Total				134.721	128.153
Passivo circulante				(87.811)	(87.054)
Não circulante				46.910	
				40.910	41.099

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento	31/03/2010	31/03/2009
Em moeda nacional:					
Créditos rurais securitizados	IGP-M + juros médios ponderados de 4,61% a.a., pagos anualmente	(a) e (i)	Parcelas anuais com vencimentos entre Set/2018 e Jul/2020	75.784	79.780
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 10,58% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(b) e (j)	Parcela única com vencto. em Abr/2010 e Dez/2012	48.020	20.835
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 9,25% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos		Parcela única com vencimento entre Jan e Dez/2010		21.974
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 2,92% a.a. pagos mensalmente	(c), (k) e (l)	Parcelas mensais com venctos entre Abr/2010 e Jul/2014	72.618	69.578
FINEM - DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 1,95% a.a. pagos mensalmente	(1)	Parcelas mensais com venctos entre Abr/2010 e Jul/2015	318.159	363.920
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 8,69% a.a. paga mensalmente	(d), (m) e (n)	Parcelas mensais com venctos entre Abr/2010 e Nov/2019	32.206	32.148
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3,00% a.a. pagos anualmente	(e)	Parcela única com vencimento em Out/2025	75	78
Capital de giro	Variação 129,26% CDI OVER CETIP pagos nos vencimentos finais dos contratos	(f)	Parcela única com venctos entre Abr/2010 e Ago/2010	25.562	32.671
Capital de giro	Juros médios ponderados pré-fixados de 6,75% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(0)	Parcela única com vencto. final em Nov/2010	17.905	
Leasing	Taxa média ponderada pré-fixada de 7,48% a.a. pagos mensalmente	(g)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/2010 e Mai/2013	703	881
Em moeda estrangeira:					
Finame / BNDES Automático	Cesta de moedas (Dólar norte- americano, Euro e lene) + taxa fixa de 7,08% a.a. pagos mensalmente	(f)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/2010 e Mar/2012	36	63
FINEM - DIRETO	Cesta de moedas (Dólar, Euro e lene) + taxa média ponderada fixa de 5,46% a.a. pagos mensalmente	(p)	Parcelas trimestrais com venctos entre Abr/2010 a Jul/2015	38.592	57.687
ACC	Juros médios ponderados de 3,65% a.a. + variação do dólar americano, pagos nos vencimentos	(h)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/2010 e Set/2010	146.979	214.280
PPE	LIBOR + Taxa fixa de 1,89% a.a. + Variação do dólar americano, pagos nos vencimentos	(q)	Parcelas semestrais com vencimentos entre Ago/2010 e Jun/2015	178.500	237.706
Total Passivo circulante				955.139 (326.746)	1.131.601 (401.115)
Não circulante				628.393	730.486

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2010, todos os empréstimos e financiamentos eram garantidos por avais de acionistas e pelas seguintes garantias adicionais (referência aos quadros acima):

	crição das garantias oferecidas na contratação de préstimos e financiamentos em 31 de março de 2010	Valor contábil <u>ou contratual</u>
(a)	Hipoteca - 8.303 ha. de terras	146.001
(b)	Nota promissória	26.000
(c)	Alienação fiduciária de equipamentos industriais Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas Nota promissória	14.596 14.756 16.751
(d)	Alienação fiduciária de equipamentos industriais Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas Nota promissória	6.157 7.304 2.458
(e)	Hipoteca - 79 ha. de terras	1.603
(f)	Aval de Diretores	42.704
(g)	Nota promissória	109
(h)	Nota promissória	32.291
(i)	Hipoteca - 8.728 ha. de terras	169.488
(j)	Aval da Companhia	20.443
(k)	Alienação fiduciária de equipamentos industriais Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas Nota promissória	37.332 49.953 20.228
(I)	Hipoteca - 11.915 ha. de terras Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas Nota promissória	239.924 27.831 11.298
(m)	Alienação fiduciária de equipamentos industriais Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas Nota promissória	13.292 26.869 8.634
(n) (o)	Hipoteca - 199 ha. de terras Alienação fiduciária de equipamentos industriais Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas Nota promissória Aval da Companhia	3.602 175.987 5.268 5.268 17.905

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(p) Hipoteca - 1.445 ha. de terras

29.102

 (q) Covenants financeiros consolidados: manutenção de percentual mínimo do principal com fluxo projetado de recebíveis e ratio mínimo entre a dívida líquida e o EBITDA

As áreas de terras oferecidas em garantia de empréstimos e financiamentos referem-se a áreas de plantio de cana-de-açúcar.

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo relativos a controladora e consolidado, têm a seguinte composição de vencimento:

		31/03/2010
	Controladora	Consolidado
De 1/04/11 a 31/03/12	21.014	157.192
De 1/04/12 a 31/03/13	6.346	141.188
De 1/04/13 a 31/03/14	5.119	135.962
De 1/04/14 a 31/03/15	3.181	125.073
De 1/04/15 a 31/03/16	2.431	40.347
De 1/04/16 a 31/12/26	8.819	28.631
	46.910	628.393

Com base na Resolução n°. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia, a USM e a USL securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como "Créditos rurais securitizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual. Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Cana-de-açúcar	3.558	5.877	26.322	25.485
Materiais, serviços e outros	13.427	11.039	47.850	50.665
	16.985	16.916	74.172	76.150

O período de safra da cana-de-açúcar, a qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo junto a fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.

16 OBRIGAÇÕES COM A COPERSUCAR (Cooperativa)

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação das empresas, para financiamento de suas operações, através de letras de câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa junto ao mercado e repassados aos cooperados com prazos de liquidação no curto prazo, e sobras de caixa da Cooperativa de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão de exigibilidades. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo exigível a longo prazo. Entretanto, na eventualidade de perda em algum dos processos nos quais a Cooperativa obteve liminar, a Companhia poderá ser requerida a desembolsar o valor que lhe tenha sido repassado em um prazo de até 120 dias. Os principais valores inclusos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa quanto à constitucionalidade e legalidade da exigência, e estão representados pelos montantes de R\$ 14.886 e R\$ 14.368, em 31 de março de 2010 e de 2009, respectivamente (R\$ 59.253 e R\$ 57.189, respectivamente, no consolidado).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição das obrigações com a Copersucar é como segue:

	c	ontroladora
	31/03/2010	31/03/2009
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	34.679	38.749
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	11.409	11.409
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da TJLP	4.027	5.057
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação do dólar + juros de 4,17% a.a.	1.703	2.881
Total	51.818	58.096
Passivo circulante	(589)	(589)
Não circulante	51.229	57.507
	0	Consolidado
	31/03/2010	31/03/2009
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC		
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	31/03/2010	31/03/2009
	31/03/2010 134.540	31/03/2009 149.244
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	31/03/2010 134.540 43.935	31/03/2009 149.244 43.935
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da TJLP	31/03/2010 134.540 43.935 11.798	31/03/2009 149.244 43.935 15.288
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da TJLP Letra de Câmbio - Atualizado pela variação do dólar + juros de 4,17% a.a.	31/03/2010 134.540 43.935 11.798 5.972	31/03/2009 149.244 43.935 15.288 10.105

A totalidade das obrigações da Companhia e suas controladas com a Copersucar está garantida por avais de diretores.

Tendo em vista os termos negociados no processo de desligamento da Copersucar, a partir da data do desligamento a Companhia, a USM e a USL permanecerão devedoras das obrigações registradas na rubrica de "Obrigações - Copersucar", no exigível a longo prazo, sem alteração nas datas de seus vencimentos, até que os assuntos que as originaram e que se encontram sob discussão judicial patrocinada pelos assessores jurídicos da Cooperativa transitem em julgado. Tais obrigações continuam a ser garantidas por fianças bancárias no montante de R\$ 42.963 (R\$ 155.100 no consolidado).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 TRIBUTOS PARCELADOS

		Controladora		Consolidado
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
ICMS	9.524	10.161	9.524	10.161
Parcelamento - Lei 11.941	6.440		41.628	
	15.964	10.161	51.152	10.161
Passivo circulante (tributos a recolher)	(1.593)	(1.198)	(3.939)	(1.198)
Não circulante	14.371	8.963	47.213	8.963

Em outubro e novembro de 2009, a Companhia e suas controladas USM, Omtek e USL, aderiram ao programa de Recuperação Fiscal (REFIS) de débitos federais, aprovado pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, com benefícios de redução nos juros, multas e encargos legais.

O valor total dos débitos líquido dos descontos, correspondente ao referido parcelamento, foi de R\$ 8.028 (R\$ 42.039 no consolidado), sendo R\$ 1.803 liquidados à vista e R\$ 6.224 (R\$ 40.236 no consolidado) parcelados em 180 meses.

A maior parte dos processos inclusos no parcelamento vinha sendo discutida judicialmente e, conforme a opinião de nossos assessores legais, tinha a correspondente provisão para contingências. Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia e suas controladas obrigam-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a 3 meses, bem como desistiram das ações judiciais e renunciaram a qualquer alegação de direito sobre a qual se fundava as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados (descontos e prazo de liquidação).

O impacto no resultado ocorreu na rubrica de Outras receitas (despesas) operacionais, sendo:

	Controladora	Consolidado
Total dos débitos inclusos no parcelamento	(10.457)	(60.001)
Provisão para contingências revertidas	867	43.895
Descontos obtidos no parcelamento	2.429	17.962
Total do impacto no resultado	(7.161)	1.856

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Copersucar aderiu ao parcelamento da Lei 11.941/2009 e aguarda a consolidação dos valores por parte da Secretaria da Receita Federal. O montante incluso no parcelamento será distribuído aos cooperados e ex-cooperados quando da Deliberação do Conselho de Administração, depois de exauridas as etapas de (i) cálculo final do montante total das contingências, considerando os benefícios do programa REFIS, (ii) a identificação das usinas responsáveis pela obrigação, (iii) as trocas das atuais garantias dos passivos por um novo valor e configuração e (iv) deliberação em Reunião do Conselho de Administração. A administração da Copersucar, com base em suas análises, discussões e cálculos preliminares efetuados até o momento, formalmente confirmou à Companhia que não haverá efeitos relevantes nas contas patrimoniais de seus cooperados e de ex-cooperados, após a adequada e final apuração dos valores de débitos e créditos advindos do parcelamento acima mencionado.

18 OUTROS PASSIVOS

	C	ontroladora		Consolidado
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Vendas a faturar	442	4.070	2.103	6.845
Adiantamento de clientes	421	1.704	439	10.875
Receitas a apropriar	2.158	2.858	2.158	2.858
Contribuições sociais parceladas			882	1.162
Mitsubishi Corporation			16.224	
Outros débitos	709	1.013	7.085	7.436
	3.730	9.645	28.891	29.176
Passivo circulante	(2.276)	(7.485)	(13.353)	(25.858)
Não circulante	1.454	2.160	15.538	3.318

O saldo em aberto com a Mitsubishi Corporation é proveniente de aquisição de participação societária na UBV, conforme mencionado na Nota 1.2.

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de março de 2010 e de 2009 o capital social está dividido em 113.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ações em tesouraria

Em 22 de setembro de 2008, o Conselho de Administração aprovou programa de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução de capital social, nos termos do seu Estatuto Social, das Instruções CVM nº. 10/80 e nº. 268/97 e das demais disposições legais vigentes. As operações de aquisição de ações foram realizadas até 22 de setembro de 2009, na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), a preços de mercado, com a intermediação de corretoras.

A Companhia recomprou 139.000 ações ordinárias, no montante de R\$ 1.899, a um custo unitário mínimo de R\$ 9,30 e máximo de R\$ 19,20, resultando em um custo médio de R\$ 13,65 por ação. O valor de mercado em 31 de março de 2010 da totalidade dessas ações corresponde a R\$ 2.264 (2009 - R\$ 1.599).

O objetivo da Companhia com o programa é maximizar a geração de valor para seus acionistas.

(c) Reservas de reavaliação

Correspondem aos saldos de reavaliações de Terras, Edificações e dependências, Equipamentos e instalações industriais; Veículos e Máquinas e implementos agrícolas, como descrito na Nota 11. As referidas reservas estão registradas líquidas dos efeitos tributários (exceto a reavaliação de terras), são realizadas com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e os montantes apurados da realização são transferidos para lucros acumulados.

(d) Reserva legal e para orçamento de capital

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Até 31 de março de 2009, a reserva para orçamento de capital refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores e foi constituída com objetivo de fazer face aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos, conforme orçamento de capital aprovado em Assembléia Geral dos acionistas. A capitalização da reserva ocorrerá por deliberação da próxima Assembléia Geral, uma vez que os correspondentes investimentos já foram realizados. Em 31 de março de 2010 a administração está propondo nova destinação para essa reserva, com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, também a ser aprovado, juntamente com o correspondente plano de investimentos, na próxima Assembléia Geral dos acionistas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Juros sobre o capital próprio e Dividendos

Conforme facultado pela Lei 9.249/95, em dezembro de 2009 a controlada USM calculou e distribuiu Juros sobre o Capital Próprio - JCP para a Companhia com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 11.965. No mesmo período, a Companhia calculou e distribuiu JCP com base na TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 18.331.

Os juros sobre o capital próprio recebido da controlada USM foram registrados nos livros fiscais como receita financeira, e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas pela Companhia foram registrados nos livros fiscais como despesa financeira, conforme requerido pela legislação fiscal. Posteriormente, os juros sobre o capital próprio recebidos foram creditados à conta de investimentos, e os juros sobre o capital próprio pagos foram debitados à conta de lucros acumulados, em atendimento a Deliberação CVM 247/96. Adicionalmente, os JCP foram computados no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	31/03/2010
Lucro líquido do exercício	93.032
Constituição de reserva legal - 5%	(4.652)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	88.380
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$ 0,1958 por ação)	22.095
JCP pagos a título de dividendos, líquidos do IRRF (R\$ 0,1385 por ação)	(15.626)
Parcela dos dividendos mínimos obrigatórios, a pagar (R\$ 0,0573 por ação)	6.469

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2010, foi proposta uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 8.838 (R\$ 0,0783 por ação) a ser ratificada em Assembléia Geral Ordinária que, em sendo aprovada, totalizará uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.933 (R\$ 0,2741 por ação), correspondente a 35% do lucro líquido após a constituição da reserva legal.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido da Controladora com o Consolidado

	31/03/2010
Patrimônio líquido	
Patrimônio líquido da controladora	1.690.755
Juros sobre mútuo alocados ao ativo diferido da UBV	(1.337)
Patrimônio líquido do consolidado	1.689.418
Resultado do exercício	
Lucro líquido da controladora	93.032
Juros sobre mútuo alocados ao ativo diferido da UBV	164
Lucro líquido do consolidado	93.196

Plano de outorga de opção de compra de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 26 de março de 2009, foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, com o objetivo de estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de metas empresariais, promover o bom desempenho da Companhia e possibilitar a manutenção de seus profissionais. O Plano é gerido pelo Conselho de Administração, que poderá conceder opções para compra de ações a seus executivos, administradores e empregados.

O número total de ações ordinárias relativo ao qual podem ser outorgadas opções não excederá 2% do total de ações ordinárias do capital social da Companhia. O Plano de Opções da Companhia encontra-se disponível na CVM.

Atualmente, os Regulamentos e Contratos de adesão estão em elaboração pelo Conselho de Administração, para serem implementados na Companhia, bem como a definição dos beneficiários elegíveis.

20 PLANO DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em setembro de 2008, a Companhia e suas controladas contrataram plano de previdência complementar destinado a todos os empregados e administradores, denominado Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), o qual caracteriza-se como plano de contribuição definida.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A participação de todos os empregados é assegurada, mas facultativa. A contrapartida das empresas está limitada a 1% dos salários nominais de seus empregados até o limite da unidade de referência do plano e até 6% da parcela dos salários nominais que excede referido limite. Os participantes podem efetuar contribuições acima dos limites percentuais descritos no parágrafo acima, porém, sem contrapartida por parte da Companhia e suas controladas.

O montante dessa participação no exercício findo em 31 de março de 2010 e de 2009, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi de R\$ 1.534 e R\$ 805, respectivamente, no consolidado.

21 PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho, firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia e suas controladas implementaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

Os indicadores operacionais e financeiros acordados entre a Companhia e suas controladas e os colaboradores, através dos sindicatos que os representam, estão relacionados aos seguintes aspectos: (i) aproveitamento de tempo agroindustrial; (ii) produtividade agroindustrial; (iii) índice orçamentário; (iv) acidente do trabalho; (v) satisfação dos clientes; (vi) prazo para fechamento gerencial; (vii) ganhos econômicos com mudanças de processos e a respectiva qualidade; (viii) perfil da dívida existente; (ix) performance financeira lastreada especialmente ao nível e qualidade do endividamento; (x) performance econômico financeira; e (xi) qualidade das análises e apresentações para o mercado. Estes indicadores são segregados para aplicação específica aos respectivos departamentos envolvidos, os quais são divididos, para fins deste programa, entre área agroindustrial, centro de serviços compartilhados e corporativo.

O montante dessa participação no exercício findo em 31 de março de 2010 e de 2009, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi de R\$ 13.368 e R\$ 17.605, respectivamente, no consolidado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão representados por:

		Controladora		Consolidado
Ativo	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Prejuízos fiscais	22.481	22.251	51.352	58.732
Base negativa da contribuição social	8.166	8.632	19.337	23.328
Provisão para contingências	5.215	3.910	19.170	23.939
Financiamentos securitizados				898
Benefício fiscal sobre ágio incorporado			13.970	17.524
Instrumentos financeiros derivativos	2.799	144	5.550	2.014
Outros	864	1.129	2.768	4.538
	39.525	36.066	112.147	130.973
Passivo				
Reavaliação de ativos	(15.756)	(22.287)	(86.124)	(110.516)
Depreciação acelerada incentivada	(23.192)	(21.138)	(95.755)	(77.754)
Financiamentos securitizados	(9.210)	(8.825)	(9.784)	(9.043)
Ajuste a valor presente	(3.333)	(3.891)	(9.417)	(11.012)
Instrumentos financeiros derivativos	(13.114)		(23.624)	
Outros	(22)	(22)	(143)	(152)
	(64.627)	(56.163)	(224.847)	(208.477)

A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro real anual, sem prazo de prescrição e não sujeita a atualização monetária ou juros. O reconhecimento de créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas tem como base projeções de resultado da Companhia e das controladas que suportam a recuperação dos créditos tributários, em conformidade com as práticas contábeis vigentes. Conservadoramente, a Companhia e suas controladas classificam a totalidade dos créditos fiscais diferidos no ativo realizável a longo prazo.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável aprovadas pela Administração e pela expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor estimad	Valor estimado de realização		
Períodos findos em 31 de março de:	Controladora	Consolidado		
2011	4.096	11.867		
2012	6.925	12.673		
2013	6.847	12.505		
2014	6.463	12.036		
2015	5.836	13.212		
2016 em diante	9.358	49.854		
	39.525	112.147		

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos são realizados substancialmente em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos. Adicionalmente, o prazo de liquidação dos empréstimos securitizados, que vencem até 2021, têm impacto no período de recuperação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos.

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas vigentes, como segue:

		31/03/2010		31/03/2009
Controladora:	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
Lucro (prejuízo) antes do imposto de				
renda e da contribuição social	84.381	84.381	(78.381)	(78.381)
Alíquotas vigentes - %	25%	9%	25%	9%
	(21.095)	(7.594)	19.595	7.054
Reconciliação para a taxa efetiva:				
<u>Diferenças permanentes</u>				
Equivalência patrimonial	22.584	8.130	(15.385)	(5.539)
Ganho de capital por diminuição de participação	3.221	1.160		
Juros sobre o capital próprio	1.591	573		
Benefícios fiscais - parcelamento Lei 11.941	339	122		
Outras diferenças permanentes	(297)	(107)	1.692	600
PAT	24			
Imposto de renda e contribuição social	6.367	2.284	5.902	2.115
Imposto de renda e contribuição social	8.6	1 651	8.0	017

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

_		31/03/2010		31/03/2009
Consolidado:	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquotas vigentes - %	128.477 25%	128.477	(131.816) 25%	(131.816)
	(32.119)	(11.563)	32.954	11.863
Reconciliação para a taxa efetiva: <u>Diferenças permanentes</u>				
Incentivos fiscais de ICMS não tributados	2.395	862	1.156	416
IR e CS diferidos ativos não constituídos	(923)	(332)	(461)	(166)
Juros sobre o capital próprio	4.583	1.650		
Benefícios fiscais - parcelamento Lei 11.941	4.199	1.512		
Baixa de imposto diferido em controlada - USL	(1.118)	(403)		
Outras diferenças permanentes	(1.195)	(431)	5.725	2.060
PAT e doações incentivadas	688		9	
Imposto de renda e contribuição social	(23.490)	(8.705)	39.383	14.173
Imposto de renda e contribuição social	(32.	195)	53.	556

23 SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A UBV possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício pela UBV está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da UBV.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída Reserva para Incentivos Fiscais, em contrapartida à conta de Lucros (prejuízos) Acumulados, no montante apurado da subvenção.

Para os exercícios findos em 31 de março de 2010 e de 2009, o valor do incentivo que impactou o resultado foi de R\$ 9.581 e R\$ 4.626, respectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 COMPROMISSOS

24.1 Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal

A Companhia e suas controladas possuem áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou reflorestamento destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente. Tais áreas, nos termos da legislação ambiental vigente, correspondem a matas ciliares e áreas destinadas à chamada "reserva legal".

As matas ciliares, encostas, remanescentes de vegetação nativa e áreas averbadas como reserva legal são rigorosamente observadas e preservadas no momento do cultivo da canade-açúcar. A Companhia e suas controladas não promovem qualquer intervenção nessas áreas.

A Companhia - com exceção da sua controlada UBV que já adquiriu áreas para exploração agroindustrial e preservação florestal nas proporções estabelecidas pela legislação - ainda não possui o percentual mínimo previsto na legislação vigente de áreas de reserva legal averbadas, mas possui áreas aptas a averbação proporcional nos próximos 30 anos (10% a cada período de 3 anos), nos termos estabelecidos pela legislação do Estado de São Paulo. Entretanto, como a obrigação de abandonar áreas historicamente cultivadas e destiná-las à reserva legal ainda é controvertida nas esferas política e judicial, a Companhia acompanha atentamente a evolução desses fatos e avalia as múltiplas alternativas para o atendimento das exigências legais. A controlada USM discute judicialmente tal obrigação, cujo risco de perda nessas ações é avaliado como possível e, em paralelo, avalia a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público de Ribeirão Preto, para regularização da reserva legal de parte de suas propriedades rurais.

Os valores a serem investidos para cumprir estes compromissos, bem como a forma como os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado.

24.2 Contratos de aquisição de cana-de-açúcar

A Companhia, a USM e a UBV firmaram contratos para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros compreendendo o volume de aproximadamente 278 mil toneladas (1.563 mil toneladas no consolidado). O valor a ser desembolsado em função destas compras será determinado a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA. A avaliação deste compromisso em 31 de março de 2010, pelo preço médio praticado na safra 2009/2010 é de R\$ 40,76 (R\$ 40,88 no consolidado) por tonelada de cana de açúcar, resultando num total de aproximadamente R\$ 11.330 (R\$ 63.880 no consolidado).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.3 Contratos de fornecimento de etanol

Mediante contrato de compra e venda, a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de etanol industrial para a MC pelo período de 30 anos, a partir da safra 2008/2009, na proporção de 30% de toda a produção de etanol da UBV. O contrato ainda prevê em cláusula a renovação automática por mais 10 anos.

24.4 Avais concedidos

A Companhia e a USM são avalistas garantidoras do pagamento de empréstimos contraídos pela UBV no montante de R\$ 410.259.

25 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantêm as seguintes provisões para contingências para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

					Controladora
	31/03/2009	Adições	Utilizações/ reversões	Atualização monetária	31/03/2010
Tributários	3.500	483	(964)	53	3.072
Cíveis	4.444	5.054	(4.000)	2.414	7.912
Trabalhistas	5.722	1.624	(1.519)	612	6.439
(-) Depósitos judiciais	13.666 (4.827)	7.161 (1.314)	(6.483) 609	3.079 (92)	17.423 (5.624)
., .	8.839	5.847	(5.874)	2.987	11.799
					Consolidado

					Consolidado
	31/03/2009	Adições	Utilizações/ reversões	Atualização monetária	31/03/2010
Tributários	46.053	1.694	(44.517)	962	4.192
Cíveis	6.290	5.204	(4.293)	3.230	10.431
Trabalhistas	54.428	12.580	(18.891)	5.154	53.271_
(-) Depósitos judiciais	106.771	19.478	(67.701)	9.346	67.894
	(32.644)	(6.896)	11.646	(691)	(28.585)
	74.127	12.582	(56.055)	8.655	39.309

Em 31 de março de 2010, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é a seguinte (controladora e consolidado):

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

I) Processos tributários:

Referem-se a: (a) tributos que estão sendo questionados judicialmente pela Companhia e suas controladas onde foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; (b) contratos com previsão de remuneração por êxito com diversos advogados para defesa em processos tributários.

Os montantes de utilizações e reversões tributárias demonstrados decorrem, substancialmente, da adesão ao REFIS de que trata a Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, e reportados na Nota 17.

II) Processos cíveis:

Referem-se a: (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) ações civis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar e constituição de reserva legal; e (iii) execuções de natureza ambiental.

III) Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas extras; (ii) horas "in itinere"; (iii) indenização pela supressão do intervalo para almoço; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; (v) devolução dos descontos efetuados em folha de pagamento, tais como, contribuição confederativa, imposto sindical, etc; (vi) adicional noturno; e (vii) unicidade contratual com o consequente pagamento de 13°. salário e férias acrescidas do terço constitucional.

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos de natureza tributária e cível, classificados pelos advogados da Companhia e de suas controladas como de risco de perda possível, para os quais não foram registradas provisões. A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

IV) Processos Tributários:

Con	solidado					Instância	
Natu	ıreza	Nº de processos	Adminis- trativa	1º Instância judicial	Tribunal inferior	Tribunal superior	Total
(i)	Contribuição previdenciária	18	58.055	11.752			69.807
(ii)	Saldo negativo IRPJ	4	3.783	86	200	1.366	5.435
(iii)	Compensação créditos PIS	2	3.458		1.594		5.052
(iv)	Compensação tributos federais	3	1.200		1.340		2.540
(v)	Outros processos tributários	46	9.630	623	1.398		11.651
		73	76.126	12.461	4.532	1.366	94.485

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia, a USM e a USL são responsáveis pelo pagamento de obrigações, proporcionais às suas participações em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia e controladas eram cooperadas. A Copersucar possui autuações lavradas pelas Fazendas Estaduais, com relação a ICMS incidente sobre as vendas de álcool carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, na condição de contribuinte principal ou substituta tributária de empresas distribuidoras. O valor atualizado proporcional à participação da Companhia e suas controladas na Cooperativa corresponde a R\$ 37.263. Os consultores jurídicos da Copersucar avaliam estas causas como de risco possível.

A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas pelas Fazendas Estaduais em tais autuações.

V) Processos cíveis e ambientais:

Consolidado						
Natureza	Nº de processos	Adminis- trativa	1º Instância judicial	Tribunal inferior	Tribunal superior	Total
Ambientais	97	1.707	8.773	1.076	4.460	16.016
Cíveis						
Indenizatórias	34		2.955	297	23	3.275
Revisão de contratos	11			21		21
Retificação de área e registro imobiliário	1					
Alvarás para obtenção liçença de pesquisa	6					
	149	1.707	11.728	1.394	4.483	19.312

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

26.1 Considerações gerais sobre gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas dispõem de políticas e procedimentos para administrar, através da utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com variação cambial e volatilidade dos preços do açúcar no mercado internacional de commodities, inerentes a seus negócios. Tais políticas são acompanhadas pela Administração e referendadas pelo Conselho de Administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (c) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia e suas controladas contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar junto a clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas gerenciam ativamente as posições contratadas, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas posições firmadas em resposta às condições de mercado, operando nos mercados futuros e de opções da bolsa de Nova lorque - Intercontinental Exchange (ICE *Futures US*) e em mercado de balcão com sólidas instituições financeiras.

26.2 Instrumentos financeiros derivativos

Conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados como "mantidos para negociação" e registrados pelo seu valor justo no ativo circulante quando seu valor justo for positivo e no passivo circulante quando seu valor justo for negativo. As variações do valor justo devem ser registradas no resultado do exercício, a não ser quando o derivativo for designado para contabilidade de hedge. A utilização da contabilidade de hedge (hedge acccounting) é optativa e objetiva registrar os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos no mesmo momento em que os objetos protegidos afetam o resultado da entidade, de forma a respeitar o princípio contábil de competência e reduzir a volatilidade no resultado criada pela marcação a mercado dos derivativos.

A partir de 1º de março de 2010, a Companhia e suas controladas optaram pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos eleitos para a designação são derivativos de açúcar e de moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas da safra 2010/2011 e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Os derivativos designados para contabilidade de *hedge* são registrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo. As variações eficazes de valor justo dos derivativos designados e que qualificam para contabilidade de *hedge* são classificadas na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquidas de impostos, e registradas no resultado na rubrica "Receita bruta de vendas" quando do reconhecimento da receita da respectiva venda coberta, o que ocorre no mês de embarque da mercadoria vendida. A parcela ineficaz das variações é registrada como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorre.

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os *hedges* de câmbio, os derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são realizados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs) junto a instituições financeiras de primeira linha.

Para os *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados como proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha através de contratos de balcão.

Em 31 de março de 2010 e de 2009, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos são como segue:

	C	ontroladora	Consolidado		
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009	
Depósitos de margem	1.335	199	4.170	3.848	
Resultado potencial com futuros de açúcar	6.351	174	8.661	330	
Resultado potencial com opções de açúcar	1.195	569	1.195	492	
Resultado potencial com contratos a termo - câmbio	947		2.682	(4.829)	
Resultado potencial com contratos a termo - açúcar	22.391		41.696		
	32.219	942	58.404	(159)	
No ativo, circulante	32.469	942	58.984	6.110	
No passivo, circulante	(250)		(580)	(6.269)	
	32.219	942	58.404	(159)	

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Os saldos de resultado potencial com opções e futuro de açúcar referem-se ao efeito acumulado positivo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de contratos futuros e opções.

Os saldos de resultado potencial com contratos a termo - câmbio referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de contratos a termo em moeda estrangeira.

Os saldos de resultado potencial com contratos a termo - açúcar referem-se ao efeito acumulado positivo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de contratos a termo de *commodities*.

A data de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos firmados é determinada em função da estimativa de embarque do açúcar protegido e previsão futura de fluxo de caixa decorrente destes embarques, conforme acordado com os clientes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.2.1 Demonstrativo do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de março de 2010 e de 2009, a composição do valor justo de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, são como seque:

a) Contratos futuros e opções:

					31/03/2010				;	31/03/2009
Controladora	Volume (Ton)	Preço médio (¢/lb)	Valor de Referência (Nocional)- R\$	Valor Justo (Fair value) · R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$	Volume (Ton)	Preço médio (¢/lb)	Valor de Referência (Nocional)- R\$	Valor Justo (Fair value) · R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
Mercadorias - Sugar #11										
Contratos Futuros										
Compromisso de Venda	54.000	19,62	41.602	6.506	6.506	15.291	13,24	10.335	84	84
Compromisso de Compra	1.524	19,19	1.148	(155)	(155)	7.061	12,42	4.476	90	90
				, ,	6.351				=	174
Contratos de <i>Opções</i>										
Posição títular - Venda	14.224	18,27	10.204	1.375	1.375	62.535	12,55	40.062	(1.020)	(1.020)
Posição títular - Compra	25.400	25,50	25.433	11	11				, ,	, ,
Posição Lançadora - Compra	39.624	24,04	37.403	(191)	(191)	62.535	14,00	44.688	1.589	1.589
					1.195				=	569
					31/03/2010					31/03/2009
Consolidado	Volume (Ton)	Preço médio (¢/lb)	Valor de Referência (Nocional)- R\$	Valor Justo (Fair value) R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$	Volume (Ton)	Preço médio (¢/lb)	Valor de Referência (Nocional)- R\$	Valor Justo (Fair value)	Efeito a receber (pagar) - R\$
Mercadorias - Sugar #11										
Contratos Futuros										
Compromisso de Venda	74.066	19,58	56.951	8.816	8.816	19.863	13,42	13.603	240	240
Compromisso de Compra	1.524	19,19	1.148	(155)	(155)	7.061	12,42	4.476	90	90
	1.024	13,13	1.140	(100)	8.661	7.001	12,72	4.470	30	330
Outute de Oneñas										
Contratos de Opções										
Posição títular - Venda	14.224	18,27	10.204	1.375	1.375	118.110	12,60	75.990	(2.034)	(2.034)
Posição títular - Compra	25.400	25,50	25.433	11	11					
Posição Lançadora - Compra	39.624	24,04	37.403	(191)	(191) 1.195	118.110	14,00	84.403	2.526	2.526 492

A forma de operação das posições com opções indicadas acima é efetuada com base nas seguintes terminologias:

- a) Posição titular Venda: compra de opções de venda que confere à Companhia o direito, mas não a obrigação, de realizar uma venda ao preço previamente estabelecido.
- Posição titular Compra: compra de opções de compra que confere à Companhia o direito, mas não a obrigação, de realizar uma compra ao preço previamente estabelecido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c) Posição lançadora Compra: venda de opções de compra nas quais a Companhia tem a obrigação de cumprimento pelo preço acordado, caso seja decidido pelo comprador.
- d) Posição lançadora Venda: venda de opções de venda nas quais a Companhia tem a obrigação de cumprimento pelo preço acordado, caso seja decidido pelo comprador.

Controladora - 31/03/2010

b) Contratos a termo de moeda estrangeira (NDF balcão - Cetip):

Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
jun/10	Vendida	6.847	1,8204	12.465	121	121
jul/10	Vendida	4.057	1,8308	7.427	64	64
ago/10	Vendida	10.537	1,8448	19.439	166	166
set/10	Vendida	5.977	1,8535	11.078	68	68
out/10	Vendida	9.925	1,8582	18.443	32	32
nov/10	Vendida	19.000	1,8729	35.586	78	78
jan/11	Vendida	5.000	1,9869	9.935	418	418
		61.343			:	947
					Consolidado -	31/03/2010
Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
jun/10	Vendida	8.767	1,8212	15.967	162	162
jul/10	Vendida	9.863	1.8274	18.023	123	123
ago/10	Vendida	21834	1.8430	40.240	305	305
set/10	Vendida	13.777	1.8870	25.998	600	600
out/10	Vendida	26.282	1,8703	49.155	387	387
nov/10	Vendida	34.339	1,8848	64.724	528	528
dez/10	Vendida	2.240	1,9310	4.325	103	103
jan/11	Vendida	23.241	1,9185	44.589	474	474
		140.343				2.682

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Consolidado -	31/03/2009
Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito acumulado R\$
mai/09	Vendida	6.000	2,3078	13.847	(157)	(157)
jun/09	Vendida	13.096	2,2780	29.832	(925)	(925)
jul/09	Vendida	1.000	2,4635	2.464	91	91
ago/09	Vendida	2.388	2,3672	5.653	(27)	(27)
set/09	Vendida	8.400	2,2693	19.062	(1.005)	(1.005)
out/09	Vendida	5.088	2,3869	12.145	(101)	(101)
nov/09	Vendida	4.900	2,2837	11.190	(632)	(632)
dez/09	Vendida	389	2,1340	830	(107)	(107)
jan/10	Vendida	6.300	2,3070	14.534	(808)	(808)
mar/10	Vendida	6.000	2,2600	13.560	(1.158)	(1.158)
		53.561			:	(4.829)

As contrapartes dos contratos a termo de moeda estrangeira são as instituições financeiras: Citibank, Rabobank, Bradesco, Santander, HSBC e Itaú BBA.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Contratos a termo de açúcar "sugar 11" (NDF balcão - Cetip):

					Controladora -	31/03/2010
Vencimento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
mai/10	Vendida	540	21,81	20.975	5.289	5.289
jul/10	Vendida	1.313	20,45	47.828	10.293	10.293
out/10 mar/11	Vendida Vendida	960 100	19,71 20,30	33.699 3.615	6.102 707	6.102 707
mai/ i i	vendida _		20,30	3.013	101	
	_	2.913			_	22.391
	_				-	
	_				Consolidado -	31/03/2010
Vencimento	Posição _	Lotes	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) - R\$	Consolidado - Valor justo (Fair value) - R\$	31/03/2010 Efeito a receber - R\$
Vencimento mai/10	Posição Vendida	Lotes 765	,	referência (Nocional) -	Valor justo (Fair value) -	Efeito a receber -
			fixado (¢/lb)	referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
mai/10	Vendida	765	fixado (¢/lb) 21,84	referência (Nocional) - R\$ 29.760	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
mai/10 jul/10	Vendida Vendida	765 2.514	fixado (¢/lb) 21,84 20,17	referência (Nocional) - R\$ 29.760 90.312	Valor justo (Fair value) - R\$ 7.567 18.297	Efeito a receber - R\$ 7.567 18.297

As contrapartes dos contratos a termo de açúcar "sugar 11" são as instituições financeiras: Citibank, Rabobank e Itaú BBA.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos demonstrados acima possui previsão de realização para as seguintes telas/ períodos:

Consolidado (Em R\$)				Vencimento	por Tela
	mai/10	jul/10	out/10	mar/11	Total
MERCADORIAS					
Derivativos Designados para Hedge					
Valor Justo dos Futuros Comprados	(165)				(165)
Valor Justo dos Futuros Vendidos	3.211	1.212	4.236	167	8.826
Valor Justo das NDFs Vendidas	7.565	18.297	14.967	867	41.696
	10.611	19.509	19.203	1.034	50.357
Derivativos Não Designados para Hedge					
Opções					
Valor Justo de Posição títular - Venda	436	445	494		1.375
Valor Justo de Posição títular - Compra	10				10
Valor Justo de Posição Lançadora - Compra	(13)	(46)	(131)	,	(190)
	433	399	363		1.195
TOTAL	11.044	19.908	19.566	1.034	51.552
Canadidada (Fm P\$)			Vor	oimente ne	r noriodo
Consolidado (Em R\$)			ver	ncimento po	r periodo
	1T10	2T10	3T10	4T10	Total
MOEDA ESTRANGEIRA					
Derivativos Designados para Hedge					
Valor Justo das NDFs Vendidas	162	1.028	1.017	475	2.682
	162	1.028	1.017	475	2.682

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos exercícios findos em 31 de março de 2010 e de 2009, os resultados das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que afetaram as contas de resultado, foram:

		31/03/2010		31/03/2009
Contratos vinculados a produtos:	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contratos futuros	(2.257)	(5.672)	(1.687)	1.206
Opções	(9.372)	(13.371)	5.476	8.658
Contratos a termo	(8.694)	(15.303)		
Comissões e corretagens	(406)	(574)	(350)	(626)
Variação cambial	520	(244)	462	3.516
	(20.209)	(35.164)	3.901	12.754
Contratos vinculados a moeda:				
Contratos a termo	884	30.607	(4.404)	(20.064)
Efeito líquido	(19.325)	(4.557)	(503)	(7.310)
Efeito nas rubricas do resultado:				
Receita bruta	20	164		
Receita financeira	40.088	96.425	11.215	37.165
Despesa financeira	(59.953)	(100.902)	(12.058)	(47.650)
Variação monetária e cambial positiva	555	1.465	510	3.994
Variação monetária e cambial negativa	(35)	(1.709)	(48)	(478)
Despesas gerais e administrativas			(122)	(341)
	(19.325)	(4.557)	(503)	(7.310)

26.3 Apuração do valor justo

A determinação do valor justo ("fair value") dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A utilização de diferentes hipóteses podem divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados com os valores realizados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento de interpretação das informações de mercado.

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE *Futures US*) é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data-base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por métodos de desconto de fluxo de caixa futuro, os quais são baseados em dados de mercado na data de cada efetivação, especificamente as curvas de juros DI e DDI publicadas pela BM&F, a PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar na bolsa ICE.

26.4 Margens dadas em garantia

Para atender as garantias exigidas pelas bolsas de derivativos em determinadas operações com instrumentos financeiros derivativos, a Companhia e suas controladas mantinham em 31 de março de 2010 e de 2009 os montantes abaixo demonstrados como garantia de operações com derivativos.

	Controladora			Consolidado		
Corretoras	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009		
Natixis New Edge Prudential	1.335	199	1.336 2.836 (2)	152 3.696		
	1.335	199	4.170	3.848		

26.5 Risco futuro de preço

Em 31 de março de 2010, 123.602 toneladas de açúcar estavam precificadas através de contratos de venda para entregas futuras previstas entre abril de 2010 e março de 2011, com fixação em um preço médio de 22,31 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso) junto à bolsa de Nova Iorque - ICE *Futures US*.

26.6 Exposição a riscos de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre através de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia e de suas controladas, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração, através da Política de Gestão de Riscos.

Dentre estes critérios, a bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE *Futures US*) possui risco de crédito aceito pela Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2010 e de 2009, o risco de crédito da Companhia sobre instrumentos financeiros derivativos era como segue:

	C	ontroladora		onsolidado
Contraparte	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
ICE Futures US	7.546	743	9.856	822
Itaú BBA	14.728		27.587	(4.758)
Rabobank	1.429		7.666	
Citibank	6.359		7.310	698
HSBC Bank Brasil	277		701	
Santander	141		678	
Bradesco	404		436	455
ABC Brasil				160
Unibanco				(1.384)
	30.884	743	54.234	(4.007)

26.7 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por fundos de renda fixa, indexados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado, firmados com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia e suas controladas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.8 Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2010:

Miller and a sta

Ativo circulante	R\$	Milhares de US\$ equivalentes
Caixa e bancos	62.974	35.375
Aplicações financeiras	763	429
Contas a receber	9.103	5.113
Instrumentos financeiros derivativos	58.984	33.133
Total dos ativos	131.824	74.050
Passivos Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	(154.894)	(86.970)
Instrumentos financeiros derivativos	(580)	(326)
Fornecedores	(40)	(22)
Outros passivos	(3.245)	(1.822)
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	(209.213)	(117.469)
Outros passivos	(12.979)	(7.287)
Total dos passivos	(380.951)	(213.896)
Exposição líquida passiva	(249.127)	(139.846)

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2010 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 1,7802 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 1,7810 por US\$ 1,00 para os passivos.

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, no montante de R\$ 154.894, refere-se essencialmente a operações de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC), com vencimentos nos meses de abril e setembro de 2010, que estão vinculados à exportação de produtos. O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo, no montante de R\$ 209.213, refere-se substancialmente a empréstimo na modalidade de Pré-Pagamento de Exportação, denominado em dólares norte-americanos, contratado pela USM junto a instituições financeiras internacionais, com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos.

Tendo em vista que a liquidação dos contratos mencionados acima se dará através de exportações de produtos, a Administração da Companhia entende que estas operações possuem *hedge* natural e que, portanto, as variações cambiais produzirão efeitos temporais nas demonstrações dos resultados, sem efeito equivalente no fluxo de caixa das empresas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.9 Análise de sensibilidade

Em conformidade com a Instrução CVM nº. 475, a Companhia demonstra no quadro a seguir, uma análise de sensibilidade sobre os efeitos de variação do valor justo dos instrumentos financeiros relativos à precificação e proteção de risco cambial e de outros ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira em 31 de março de 2010, que são considerados pela Administração como o risco mais relevante a que a Companhia está exposta. Esta análise considera as expectativas da Administração com relação ao cenário futuro projetado, por esse motivo não foi revisada pelos auditores independentes.

Controladora:		Cer	nário provável	Cenários possíveis	
Operação	Risco	Taxa/preço médios	Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Caixa e bancos	Queda do US\$	R\$ 1,82	225	(2.395)	(5.015)
Contas a receber	Queda do US\$	R\$ 1,82	60	(643)	(1.347)
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	R\$ 1,82	(921)	(11.662)	(22.403)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	R\$ 1,82	2.728	(25.183)	(53.094)
Contratos a termo de açúcar - NDF	Alta no preço da commodity	14,55 ¢/lb	11.517	(9.613)	(30.744)
Compra mercado futuro	Queda no preço da commodity	19,19 ¢/lb	(92)	(317)	(542)
Venda mercado futuro	Alta no preço da commodity	19,62 ¢/lb	3.672	(2.783)	502
Venda de "call"	Alta no preço da commodity	24,04 ¢/lb	181	178	176
Compra de "call"	Queda no preço da commodity	25,50 ¢/lb		(2)	(5)
Compra de "put"	Queda no preço da commodity	18,27 ¢/lb	544	64	(416)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado:		Cenário provável		Cenários possíveis	
Operação	Risco	Taxa/preço médios	Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Caixa e bancos	Queda do US\$	R\$ 1,82	1.379	(14.709)	(30.797)
Contas a receber	Queda do US\$	R\$ 1,82	202	(2.157)	(4.516)
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	R\$ 1,99	(42.201)	(143.778)	(245.355)
Contas a pagar	Alta do US\$	R\$ 2,02	(2.193)	(6.797)	(11.401)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	R\$ 1,82	7.595	(56.261)	(120.117)
Contratos a termo de açúcar - NDF	Alta no preço da commodity	14,53 ¢/lb	22.709	(18.614)	(59.938)
Compra mercado futuro	Queda no preço da commodity	19,19 ¢/lb	(92)	(317)	(542)
Venda mercado futuro	Alta no preço da commodity	19,58 ¢/lb	5.026	(3.811)	(578)
Venda de "call"	Alta no preço da commodity	24,04 ¢/lb	181	178	176
Compra de "call"	Queda no preço da commodity	25,50 ¢/lb		(2)	(5)
Compra de "put"	Queda no preço da commodity	18,27 ¢/lb	544	64	(416)

27 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

Para o exercício findo em 31 de março de 2010, a rubrica de outras receitas (despesas), líquidas, está impactada, substancialmente, por: a) despesas decorrentes da adesão ao REFIS no montante de R\$ 7.161 (receita de R\$ 1.856 no consolidado), conforme demonstrado na Nota 17, e b) despesas com amortização de ágio, no consolidado, no montante de R\$ 1.131.

No exercício findo em 31 de março de 2009, a rubrica de outras receitas (despesas), líquidas, está impactada, principalmente, por: a) receitas no montante de R\$ 6.349 (R\$ 23.771 no consolidado) repassadas pela Copersucar, referente à parcela atribuível à Companhia, à USM e à USL relativas à reversão de provisão de contribuição para o PIS e para a Cofins incidente sobre receitas financeiras que foi constituída à época em que eram cooperadas, em função do desfecho favorável da ação. Este valor, sobre o qual incide atualização pela taxa SELIC, teve como contrapartida ativo não circulante, para compensação futura com passivos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

devidos à Cooperativa, devidamente registrados nas demonstrações financeiras; b) dividendos no montante de R\$ 7.153 (R\$ 27.310 no consolidado) repassados pela Copersucar; c) perda no montante de R\$ 4.684, referente a alienação do investimento mantido pela USM na SCA, no consolidado e d) despesas com amortização de ágio sobre rentabilidade futura, no montante de R\$ 7.289, no consolidado.

28 RESULTADO FINANCEIRO

	C	ontroladora		onsolidado
Receitas Financeiras	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Juros recebidos e auferidos	1.233	3.614	5.098	12.034
Resultado positivo com derivativos	40.088	11.215	96.425	37.165
Outras receitas	390	1.595	3.106	3.232
	41.711	16.424	104.629	52.431
Despesas Financeiras				
Juros pagos e incorridos	(14.342)	(18.162)	(61.917)	(102.543)
Resultado negativo com derivativos	(59.953)	(12.058)	(100.902)	(47.650)
Outras despesas	(1.944)	(1.098)	(8.390)	(4.555)
	(76.239)	(31.318)	(171.209)	(154.748)
Variação cambial e monetária				
Variação cambial e monetária positiva	25.342	4.649	166.222	44.653
Variação cambial e monetária negativa	(16.554)	(9.238)	(82.925)	(114.825)
	8.788	(4.589)	83.297	(70.172)
Resultado financeiro, líquido	(25.740)	(19.483)	16.717	(172.489)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes em 31 de março de 2010 são:

Riscos cobertos	Controladora	Consolidado
Incêndio de bens do ativo imobilizado	100.000	308.500
Avarias dos estoques	70.000	192.000
Responsabilidade civil	20.000	20.000
	190.000	520.500

30 EVENTO SUBSEQUENTE

Em 21 de junho de 2010, a Companhia e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, por meio da sua subsidiária Petrobrás Biocombustível S.A. ("PBio") anunciaram a assinatura de um acordo de investimentos para produção de etanol no Estado de Goiás, região Centro-Oeste do Brasil.

O acordo prevê a constituição de uma nova sociedade, a Nova Fronteira Bioenergia S.A., com participação de 51% da Companhia, que integralizará os ativos de suas subsidiárias integrais UBV e SMBJ, e de 49% da PBio, que subscreverá R\$ 420.800 em ações.

O objetivo é elevar a processamento da UBV a 7 milhões de toneladas e implantar o projeto ("greenfield") SMBJ. A PBio terá direito de preferência, em termos e condições de mercado para compra de até 49% da produção de etanol e da energia elétrica excedente da nova sociedade.

A operação está condicionada à conclusão do processo de *due diligence*, pela PBio, aprovação pelas autoridades brasileiras de defesa da concorrência e aprovações do Conselho de Administração e Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 CONCILIAÇÃO DAS DIFERENÇAS ENTRE O RESULTADO DO EXERCÍCIO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO, APURADOS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL (BR GAAP) E AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS – IFRS)

Em atendimento ao regulamento do Novo Mercado de Governança Corporativa, emitido pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), a Companhia apresenta a seguir, a reconciliação das diferenças entre o patrimônio líquido em 31 de março de 2010 e de 2009 e o lucro líquido (prejuízo) consolidado correspondente aos exercícios findos naquelas datas, determinados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

(a) Aplicação do IFRS 1

A Companhia considerou as normas e conceitos estabelecidos pelo IFRS 1 – "First Time Adoption of International Financial Reporting Standards" na preparação da sua primeira conciliação do patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31 de março de 2008 entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS ("Primeira Reconciliação")

A Primeira Reconciliação foi preparada e incluída em nota explicativa adicional às demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de março de 2009 e de 2008 elaboradas de acordo com BR GAAP, que foi originalmente emitida em 22 de maio de 2009. A Companhia considerou 1º de abril de 2007 como a data de transição para fins de elaboração da Primeira Reconciliação.

Entretanto, de acordo com o IFRS 1, a primeira demonstração financeira completa de uma entidade é aquela em que a Companhia adota os IFRS, e demonstra de uma forma explicita e sem reservas que as demonstrações financeiras estão de acordo com os IFRS. A reconciliação referente aos exercícios findos em 31 de março de 2010 e de 2009, não é considerada como demonstração financeira completa e, portanto, não pode ser considerada como demonstrações financeiras de acordo com os IFRS. Adicionalmente, em data futura, se e quando a Companhia preparar suas primeiras demonstrações financeiras de acordo com os IFRS existe a possibilidade que os ajustes apresentados na presente conciliação sejam modificados, uma vez que podem existir novos pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standard Board – IASB ou uma interpretação pode ser emitida pelo International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC, que podem impactar as demonstrações financeiras. Consequentemente, até o momento da preparação e apresentação da primeira demonstração financeira completa de acordo com os IFRS existe a possibilidade de que a reconciliação incluída nestas demonstrações financeiras seja modificada.

(a.1) Isenções da aplicação retrospectiva completa

As isenções para aplicação retrospectiva do IFRS que não foram consideradas aplicáveis ou que a administração decidiu pela não aplicação na Primeira Reconciliação foram às seguintes:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- · Benefícios a empregados
- Ajustes acumulados de conversão
- Instrumentos financeiros compostos
- Ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e joint ventures
- Pagamentos baseados em ações
- Contratos de seguros
- Passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos
- (a.2) Isenções da aplicação retrospectiva completa adotadas pela Companhia

As seguintes isenções opcionais relacionadas ao tratamento retrospectivo dos IFRS foram adotadas pela Companhia:

Combinações de negócios

A Companhia optou por não reprocessar as aquisições de negócios ocorridas antes da data de transição para IFRS de acordo com o IFRS 3, "Combinações de Negócios". Em 1º de abril de 2007, a Companhia não possuía ágio oriundo de aquisições anteriores à referida data. O deságio relacionado ao aumento de participação na Mogi Agrícola S.A. no valor de R\$ 358, foi revertido contra o saldo de lucros acumulados na data de transição para os IFRS.

Imobilizado

A Companhia optou por utilizar os saldos do ativo imobilizado registrados de acordo com o BR GAAP, conforme descrito na Nota 2.2 (h), como custo inicial do ativo imobilizado, que na data da transição tinha como prática contábil registrar reavaliações periódicas do ativo imobilizado, sendo a última reavaliação registrada na data de transição. Portanto, o saldo do imobilizado na adoção inicial representa o custo depreciado acrescido da reavaliação e deduzido das perdas pela redução ao valor recuperável, de acordo com o IAS 16, quando aplicável.

Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39, "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", na data de transição, sem aplicação retroativa. A classificação e avaliação dos referidos instrumentos financeiros na data de transição de acordo com o IFRS não resultou em diferenças com relação aos seus valores registrados de acordo com o BR GAAP.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação do patrimônio líquido consolidado em 31 de março de 2010 e de 2009 e do lucro líquido (prejuízo) dos exercícios findos nessas respectivas datas entre BR GAAP e IFRS

	Patrimô	ònio líquido	(prejuízo	ro líquido) consoli- exercício findo em
	31/03/10	31/03/09	31/03/10	31/03/09
De acordo com BR GAAP	1.689.418	1.575.201	93.196	(71.865)
c.1 - Despesas pré-operacionaisc.2 - Ativos biológicosc.3 - Aquisição de entidades	(40.177) (64.045)	(42.819) 32.018	2.642 (96.063)	(8.735) (17.958)
controladas em conjunto c4 - Participação de minoritários c5 - Imposto de renda e contribuição	959	959 18.243		6.430 (6.395)
social diferidos sobre a reavaliação de terras c6 - Imposto de renda e contribuição	(300.539)	(300.539)		
social diferidos sobre os ajustes c.1 a c.3	35.084	3.535	31.549	6.889
De acordo com IFRS	1.320.700	1.286.598	31.324	(91.634)
Atribuído aos acionistas da Companhia Atribuído aos acionistas minoritários	1.320.700	1.270.829 15.769	34.410 (3.086)	(81.762) (9.872)
	1.320.700	1.286.598	31.324	(91.634)

- (c) Descrição das diferenças entre as práticas contábeis e respectivos ajustes:
- (c.1) Despesas pré-operacionais

De acordo com o IAS 38 "Ativos Intangíveis", os gastos pré-operacionais devem ser apropriados ao resultado quando incorridos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com BR GAAP, a Companhia capitalizou as despesas pré-operacionais incorridas com a unidade fabril da UBV, e cuja amortização iniciou-se em 2008, em decorrência do início da suas atividades, a uma taxa 10% ao ano, definida com base na expectativa de tempo que se espera obter os benefícios futuros. A partir de 31 de dezembro de 2008, com as alterações introduzidas no BR GAAP, as despesas pré-operacionais passaram a ser registradas em conta de resultado do exercício.

Na reconciliação originalmente apresentada do exercício findo em 31 de março de 2009, o montante de R\$ 3.035 deixou de ser incluído na rubrica de despesas pré-operacionais, o qual foi presentemente ajustado.

(c.2) Ativos biológicos

De acordo com o BR GAAP, os ativos biológicos (no caso da Companhia corresponde à plantação de cana-de-açúcar) são registrados pelo custo histórico de formação.

De acordo com IFRS (IAS 41) os ativos biológicos são registrados pelo seu valor justo estimado, após a dedução de custos incrementais de vendas, sendo que qualquer ganho ou perda é registrado em conta de resultado do exercício.

O cultivo da cana-de-açúcar inicia com o plantio e a primeira safra ocorre após um ano a um ano e meio (18 meses), quando a cana é cortada e a raiz (cana planta) continua no solo. Após cada corte, a cana planta cresce novamente, por cinco anos (safras).

A cana-de-açúcar em seu estágio inicial de crescimento, devido a sua pequena transformação biológica e pelo fato dos custos iniciais serem significativos, é avaliada pelo custo acumulado de plantio e manutenção, uma vez que seu valor se aproxima do seu valor justo.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo são revisados anualmente e, se necessário, ajustados. Nesse sentido, o valor justo da cana-de-açúcar foi determinado com base no preço médio estimado do mercado futuro do açúcar para cada ano, com base em dados públicos, aplicado sobre a estimativa de volume de cana-de-açúcar a ser produzida, líquido dos custos futuros estimados relativos a tratos culturais, custos de colheita e outros custos a serem incorridos para entrega da cana-de-açúcar. Os preços são baseados na melhor estimativa de rentabilidade futura, que levam em consideração a produtividade de cada variedade de cana-de-açúcar, bem como as informações disponíveis de mercado na data de cada análise e mix de produção de cada empresa do grupo que utiliza a cana-de-açúcar como matéria-prima.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o fluxo de caixa descontado a ser gerado em cada ano, considerando uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos em sua data de registro.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos ou perdas apurados pela diferença entre o valor justo e custos incorridos impactam o resultado do exercício e são reconhecidos como variações no valor justo.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante os exercícios é a seguinte:

	31/03/10	31/03/09
Ativos biológicos no início do exercício Aumento decorrente de plantio de cana-de-açúcar Ganhos (perdas) decorrentes das mudanças no valor justo	528.546 138.140	465.534 48.612
atribuído às mudanças físicas e de preços Reduções decorrentes de colheita	(113.775) (81.678)	188.530 (174.130)
Ativos biológicos no final do exercício	471.233	528.546

(c.3) Aquisição de entidades conjuntamente controladas

De acordo com o IAS 31 "Investimentos em Entidades Conjuntamente Controladas", e seguindo a metodologia do IFRS 3, "Combinações de Negócios", o custo de uma entidade conjuntamente controlada adquirida ("joint venture") é registrado com base no valor justo do valor pago e alocado aos ativos adquiridos, incluindo intangíveis identificáveis, e passivos assumidos, incluindo passivos contingentes, com base em seus valores justos estimados na data da aquisição. O excesso do custo de aquisição da entidade conjuntamente controlada adquirida sobre o valor líquido alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos é reconhecido como ágio, o qual não é amortizado, mas é testado anualmente quanto a recuperabilidade do montante registrado. De acordo com o IFRS o "método de aquisição" é aplicado também às aquisições de investimentos avaliados pela equivalência patrimonial.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o ágio é calculado com base no valor pago, ajustado por dispositivos contratuais específicos de ajuste de preço e, deduzido do patrimônio líquido, apurado de acordo com o BR GAAP, das empresas adquiridas, na data da aquisição. A parcela do ágio relativa à rentabilidade futura estava sendo amortizada em período não superior a 10 (dez) anos, de acordo com a expectativa de retorno do investimento prevista em laudo de avaliação econômica. A partir de 1º de abril de 2009, com as alterações introduzidas no BR GAAP, os ágios deixaram de ser amortizados e passaram a ser testados anualmente quanto ao valor recuperável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aquisição de investimentos na USL e AA avaliados por equivalência patrimonial

Em 12 de abril de 2007 a EP, uma holding formada pela USM, juntamente com a Cosan S.A. Indústria e Comércio e a Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool, com as respectivas participações de 41,67%, 33,33% e 25,00%, adquiriu a USL e a AA pelos valores de R\$ 184.080 e R\$ 61.360, respectivamente. Essa transação foi contabilizada através do método de aquisição de acordo com o IFRS 3.

Para fins de IFRS, o ágio gerado nessas aquisições de R\$ 52.433 foi atribuído à expectativa de rentabilidade futura.

Considerando que a aquisição ocorreu em 12 de abril de 2007, o total da receita operacional líquida consolidada e o prejuízo líquido consolidado do exercício findo em 31 de março de 2008 aproximam-se à receita operacional líquida consolidada e ao prejuízo líquido consolidado caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de abril de 2007 (data de transição). A reconciliação do valor do ágio em 31 de março de 2010 e de 2009, considerando as alocações ocorridas no BR GAAP durante 2008, é como segue:

	R\$
De acordo com BR GAAP	34.015
Amortização do ágio	5.673
Custos diretamente atribuídos às aquisições (i)	556
Alocação para os ativos biológicos	(6.683)
Impostos diferidos ativos sobre diferença de base do ágio	302
Impostos diferidos sobre diferença de base dos ativos e	
passivos	2.907
Alocação para o imposto de renda diferido	17.523
Outras alocações para ativos e passivos adquiridos	(1.860)
D 1500	50.400
De acordo com IFRS	52.433

(i) Valor líquido do efeito de impostos no montante de R\$ 286.

A reconciliação dos efeitos da aplicação do IAS 31 e do método de aquisição de acordo com o IFRS 3 no patrimônio líquido em 31 de março de 2010 e de 2009 e nos resultados dos exercícios findos naquelas datas é como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Patrimônio líquido em 31/03/10 e 31/03/09	Resultado em 2009
Deságio sobre Mogi Agrícola S.A. Custo diretamente atribuidos às aquisições Amortização do ágio no BR GAAP	358 556 8.595	7.084
Realização da alocação do ágio para os demais ativos e passivos	(8.550)	(654)
De acordo com IFRS	959_	6.430

(c.4) Participação de minoritários

De acordo com o IAS 27, "Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais", a participação de minoritários é apresentada nos balanços patrimoniais como parte do patrimônio líquido, segregada da participação dos acionistas da controladora. Na demonstração do resultado, a participação de minoritários não é deduzida na apuração do lucro líquido ou prejuízo do exercício, sendo apenas destacada da participação dos acionistas da controladora.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a participação minoritária é apresentada entre o passivo não circulante e o patrimônio líquido no balanço patrimonial e é deduzida do lucro ou prejuízo líquido na demonstração do resultado. Em 31 de março de 2010, não existe mais a participação de acionistas minoritários, uma vez que conforme indicado na Nota 1.2 tal participação foi adquirida pela Companhia.

(c.5) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação das terras

De acordo com a interpretação SIC 21 "Imposto de Renda – Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Reavaliados", é constituída provisão para imposto de renda diferido passivo sobre a reavaliação de ativos independentemente da forma como serão recuperados, seja por depreciação, amortização, alienação ou perecimento. Desta forma, são calculados e constituídos os impostos diferidos sobre os ativos com base na diferença entre a base fiscal e a base contábil para fins de IFRS, mesmo quando estes ativos não sejam depreciados. Conseqüentemente, na adoção inicial do IFRS, a Companhia registrou imposto de renda diferido passivo sobre a diferença entre a mais valia das terras, registrada antes da adoção inicial do IFRS.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não é constituída provisão para impostos diferidos passivos sobre a reavaliação dos ativos não depreciáveis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na reconciliação originalmente apresentada do exercício findo em 31 de março de 2009, o montante de R\$ 7.189 havia sido indevidamente considerado como ajuste de imposto de renda e contribuição social sobre a reavaliação de terras. Dessa forma, o montante foi ajustado passando de R\$ 307.728 para R\$ 300.539.

(c.6) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reconciliação entre o BR GAAP e o IFRS correspondentes aos itens (c.1) a (c.3) anteriores.

(d) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido de acordo com IFRS

	2010	2009
Saldo no início do exercício	1.286.598	1.363.104
Lucro líquido (prejuízo) do exercício Aquisição de ações em tesouraria Aumento de capital dos minoritários Dividendos minímos obrigatórios propostos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2010 Resultado com derivativos - hedge accounting Aquisição participação de minoritários	31.324 (6.469) (18.331) 45.821 (18.243)	(91.634) (1.899) 17.027
Saldo no final do exercício	1.320.700	1.286.598

(e) Divulgações adicionais requeridas pelo IFRS – lucro (prejuízo) por ação

De acordo com o IAS 33, "Lucro por Ação", as companhias abertas devem divulgar o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

O lucro (prejuízo) básico por ação deve ser calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuível aos acionistas, pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição.

Uma entidade deve calcular o lucro (prejuízo) diluído por ação, considerando o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações a serem potencialmente emitidas. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados como ações potenciais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As cifras comparativas devem ser ajustadas para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus de subscrição ou desdobramentos de ações. Se essas alterações ocorrerem depois das datas dos balanços, mas antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras, os cálculos por ação daquelas, ou de quaisquer demonstrações financeiras de períodos anteriores, devem ser baseados no novo número de ações.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o lucro (prejuízo) por ação é calculado pela divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, pelo número de ações em circulação do capital social no término do exercício. Não existe o conceito de lucro (prejuízo) por ação diluído. Não existe a obrigatoriedade de ajustar as cifras de períodos anteriores por desdobramentos ou agrupamentos de ações ou transações similares.

Em 31 de março de 2010 e de 2009, a Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeito dilutivo e, portanto, o lucro (prejuízo) por ação diluído é equivalente ao lucro (prejuízo) por ação básico.

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

	2010	2009
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	34.410	(81.762)
Média ponderada de ações ordinárias	112.946	112.946
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído - R\$	0,3047	(0,7239)

* * *





SÃO MARTINHO APRESENTA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 93,2 MM NA SAFRA 09/10

São Paulo, 29 de junho de 2010 – SÃO MARTINHO S.A. (BM&FBovespa: SMTO3; Reuters SMTO3.SA e Bloomberg SMTO3 BZ), um dos maiores produtores de açúcar e etanol do Brasil, anuncia hoje seus resultados referentes ao quarto trimestre de 2010 (4T10) e dos 12M10 da Safra 2009/10.

Teleconferências sobre os Resultados do 4T10

Português

30 de junho de 2010
14h00 (horário de Brasília)
13h00 (US EST)
Telefone:
+55 (11) 2188-0155
Código: São Martinho
Replay: +55 (11) 2188-0155
Webcast com Slides:
www.saomartinho.ind.br/ri

Inglês

30 de junho de 2010 15h30 (horário de Brasília) 14h30 (US EST) Telefone: +1 (973) 935-8893 Código: 84288756 Replay: +1 (706) 645-9291 Webcast com Slides: www.saomartinho.ind.br/ir



Relações com Investidores

João Carvalho do Val Diretor Financeiro e de RI

Felipe Vicchiato

Alexandre Gorla

Analista de RI

Telefone: 11 2105-4100
Email: ri@saomartinho.ind.br
Website RI: www.saomartinho.ind.br/ri

DESTAQUES

- No acumulado dos 12M10, o aumento de 96% no volume de açúcar vendido, combinado com a melhora de preços do etanol e açúcar, foram os principais catalisadores para atingirmos R\$ 1.183,3 milhões de Receita Líquida, o que representou um crescimento de 52,8% em relação aos 12M09;
- A Receita Líquida do Grupo São Martinho cresceu 33,0% no comparativo 4T10 x 4T09, impulsionada pela alta de 69,3% no volume vendido de açúcar e pela melhora de 32,7% nos preços de comercialização do produto. Como conseqüência, nosso EBITDA Ajustado e EBITDA Hedge atingiram R\$ 120,2 milhões (margem de 33,8%) e R\$ 129,0 milhões (margem de 36,3%), respectivamente, no 4T10:
- No acumulado dos 12M10 nosso EBITDA Ajustado totalizou R\$ 363,7 milhões (Margem EBITDA Ajustada de 30,7%), representando um expressivo aumento de mais de 90% em relação aos 12M09. No mesmo período, nossa estratégia de precificação de açúcar e dólar, adicionou em nosso resultado R\$ 29,8 milhões, elevando para R\$ 393,5 milhões nosso EBITDA após efeitos de hedge (EBITDA HEDGE);
- Como resultado da melhora do EBITDA em todo exercício social de 2010, o Grupo São Martinho registrou Lucro Líquido de R\$ 93,2 milhões no acumulado de 12M10, revertendo assim, o prejuízo de R\$ 71,8 milhões que ocorreu nos 12M09. No 4T10, o Lucro Líquido somou R\$ 20,9, impulsionado principalmente pelo aumento no volume de vendas de açúcar;
- Em 31/03/2010 o Grupo São Martinho tinha fixado 474,4 mil toneladas de açúcar ao preço médio de US\$ 20,51 cents/Pound. Tal quantidade é equivalente a aproximadamente 55% da produção prevista para a safra 10/11;
- Nossa estimativa de produção para safra 10/11, considerando o atual cenário de preços de açúcar e etanol, soma aproximadamente 600 mil m³ de etanol e 860 mil toneladas de açúcar. Com isso, aproximadamente 54% da cana processada será destinada para a produção de etanol e 46% para a produção de açúcar. Tal produção virá através da moagem prevista de 13,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na safra 2010/11 nas usinas do Grupo.







Associação com a Petrobras – Principais Impactos Financeiros

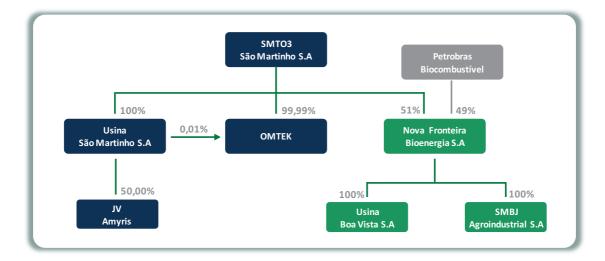
Anunciamos em 21/06/2010 uma associação estratégica com a Petrobras para crescimento da produção de etanol na região Centro – Oeste do Brasil, notadamente no Estado de Goiás.

Como parte do acordo, a Petrobras aportará R\$ 420,8 milhões em ações, na empresa "Nova Fronteira Bioenergia S.A" (controladora integral da Usina Boa Vista e do greenfield SMBJ Agroindustrial S.A), passando a deter 49% dessa companhia.

Demonstramos abaixo um breve resumo dos principais impactos em nosso Balanço (utilizando como data base 31.03.2010), após a conclusão do aporte da Petrobras Biocombustível.

	Grupo São Martinho (Antes associação Petro)	Grupo São Martinho (Após associação Petro)
Capacidade de Moagem	14 milhões de toneladas	12,8 milhões de toneladas
Receita Líquida	R\$ 1.183 milhões	R\$ 1.097 milhões
EBITDA Ajustado	R\$ 364 milhões	R\$ 348 milhões
Dívida Líquida	R\$ 825 milhões	R\$ 409 milhões
Dív. Líq. / EBITDA	2,27 x	1,18 x
Patrimônio Líquido	R\$ 1.689.418 mil	R\$ 1.689.755 mil

Organograma após reestruturação







DESTAQUES FINANCEIROS

DESTAQUES FINANCEIROS (milhares de R\$)	4T10	4T09	Var. (%)	12M10	12M09	Var. (%)
São Martinho - Consolidado						
Receita Bruta	379.333	300.185	26,4%	1.282.149	867.629	47,8%
Receita Líquida	355.377	267.258	33,0%	1.183.286	774.443	52,8%
EBITDA (Ajustado)	120.210	77.023	56,1%	363.694	189.792	91,6%
Margem EBITDA	33,8%	28,8%	5,0 p.p.	30,7%	24,5%	6,2 p.p.
Resultado de Hedge	8.858	n.m.	n.m.	29.782	n.m.	n.m.
EBITDA Hedge	129.068	n.m.	n.m.	393.476	n.m.	n.m.
Margem EBITDA Hedge	36,3%	n.m.	n.m.	33,3%	n.m.	n.m.
Indicadores de Balanço Consolidados						
Ativo Total	3.320.554	3.394.692	-2,2%	3.320.554	3.394.692	-2,2%
Patrimônio Líquido	1.689.418	1.575.201	7,3%	1.689.418	1.575.201	7,3%
EBITDA (acumulado dos últimos 12 meses)	363.694	189.792	91,6%	363.694	189.792	91,6%
Dívida Líquida	824.505	941.538	-12,4%	824.505	941.538	-12,4%
Dívida Líquida / (EBITDA dos últimos 12 meses)	2,27 x	4,96 x		2,27 x	4,96 x	
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	49%	60%		49%	60%	

DADOS OPERACIONAIS	12M10	12M09	Var. (%)
São Martinho - Consolidado			
Cana Processada (mil toneladas)	12.923	12.001	7,7%
Própria	7.584	7.212	5,2%
Terceiros	5.339	4.789	11,5%
Colheita Mecanizada	84,4%	81,4%	3,0 p.p
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	702	555	26,5%
Álcool Anidro (mil m³)	226	287	-21,2%
Álcool Hidratado (mil m³)	367	387	-5,1%
RNA - Sal Sódico do Ácido Ribonucléico ('000 Kg)	279	274	1,9%
Energia ('000 MWh)	159	89	77,7%

Apesar das condições climáticas desfavoráveis, o Grupo São Martinho atingiu sua meta e encerrou a safra 09/10, com moagem de 12,9 milhões de toneladas de cana de açúcar processada.

Individualmente, a unidade "Usina São Martinho" novamente se destacou, atingindo 8,1 milhões de toneladas de moagem superando novamente o recorde mundial de moagem por usina.

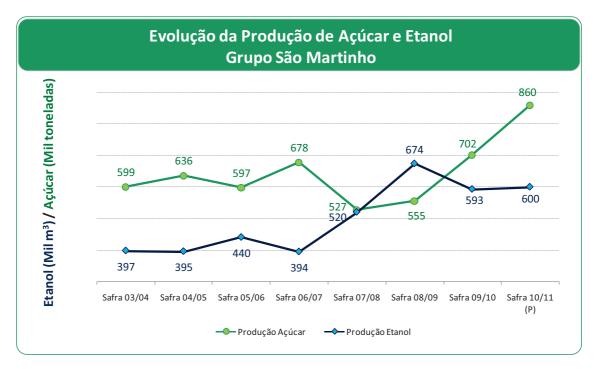
Quanto à produção, direcionamos nosso mix para a fabricação de açúcar, encerrando a safra 09/10 com 702 mil toneladas, o que representou um crescimento de 26,5% em relação à safra passada.





GUIDANCE SAFRA 2010/11

GUIDANCE PRODUÇÃO	Volume Produção (10/11)	Estoques 4T10	Disponibilidade para vendas no exercício 2011
Produto			
Açúcar (mil toneladas)	860	24	884
Etanol (mil m³)	600	35	635



Na safra 10/11 as três usinas do Grupo São Martinho deverão moer 13,7 milhões de toneladas de cana de açúcar. Direcionaremos nosso mix de produção para o máximo de açúcar nas unidades Usina São Martinho e Usina Iracema, totalizando aproximadamente 860 mil toneladas. A produção de etanol no combinado das 3 unidades totalizará 600 mil m³.

O aumento na produção de açúcar na safra 10/11 é resultado dos investimentos anunciados em dezembro/09 para aumentar a flexibilidade de produção de açúcar e etanol em nossas unidades de São Paulo.





VISÃO GERAL DO SETOR - AÇÚCAR

PREÇOS MÉDIOS - AÇÚCAR	4T10	4T09	Var. (%)	12M10	12M09	Var. (%)
Preços de Mercado						
Dólar	1,80	2,31	-22,0%	1,87	1,98	-5,5%
NY11 Cents / Libra	24,39	12,73	91,6%	20,80	12,14	71,3%
NY11 R\$ / Ton	969,15	648,78	49,4%	857,84	528,87	62,2%
Açúcar ESALQ Líq. R\$ / Saca	59,44	36,26	63,9%	46,13	27,33	68,8%

Durante o 4T10, o açúcar veio renovando as máximas atingidas ao longo da Safra 09/10, alcançando US\$ 29,9 ¢/Libra, em 29/01/2010. No entanto, a partir de fevereiro/10, observamos uma forte correção nos preços, sendo que desde abril encontram-se entre US\$ 14,0 ¢/Libra e US\$ 16 ¢/Libra.

No comparativo 4T10 x 4T09, o preço do açúcar NY11 em R\$ apresentou aumento de 49,4%, refletindo uma valorização de 91,6% no NY11 em dólar e uma variação cambial negativa de 22% observada no mesmo período. No acumulado dos 12M10, o preço do açúcar em Reais aumentou 62,2%, refletindo principalmente o aumento de 71,3% do preço da commodity em dólar, uma vez que a apreciação cambial no período não ultrapassou 5,5%.

A elevada volatilidade observada no preço do açúcar durante a safra 09/10 refletiu as mudanças no cenário de oferta no Brasil e na Índia. Dentre outras coisas, os desdobramentos climáticos impactaram diferentemente a produção em cada país. No Brasil, o excesso de chuvas prejudicou o total de cana de açúcar processada além de reduzir o volume de ATR, resultando em uma produção de açúcar e etanol inferior as projeções do início de 2009.

No caso da Índia, o volume de produção de açúcar surpreendeu no encerramento da safra 09/10, uma vez que a produção alcançou 18 milhões de toneladas e o mercado esperava 14 milhões.

As expectativas de produção para a safra 10/11 vêm pressionando o preço do açúcar desde fevereiro/10. O provável aumento de produção de açúcar no Brasil (+ 5,4 MT) combinado com o incremento da produção indiana (que poderá atingir 24,7 MT) deve restabelecer a condição de superávit após duas safras de oferta abaixo do consumo mundial.

No entanto, conforme detalhamos na tabela abaixo, a disponibilidade de estoques mundiais na Safra 10/11, seguirá bem reduzida, apontando assim para a necessidade de reconstrução de estoques, o que pode impactar positivamente na recuperação dos preços do açúcar.

AÇÚCAR	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10	10/11 E
Dados - USDA						
Oferta Mundial (mil tons)	223,24	238,48	242,96	230,93	231,18	238,33
Demanda Mundial (mil tons)	142,59	152,55	152,21	154,37	154,15	157,67
Estoques Finais (mil tons)	30,78	34,49	39,22	27,69	26,52	27,02
Estoques / Demanda	21,6%	22,6%	25,8%	17,9%	17,2%	17,1%

Fonte: USDA - United States Department of Agriculture

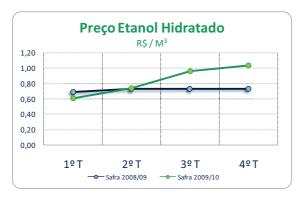






VISÃO GERAL DO SETOR - ETANOL

PREÇOS MÉDIOS - ETANOL	4T10	4T09	Var. (%)	12M10	12M09	Var. (%)
Preços de Mercado						
Anidro ESALQ Líquido MI R\$ / m ³	1.186,35	825,15	43,8%	955,45	849,41	12,5%
Hidratado ESALQ Líquido MI - R\$ / m³	1.038,35	735,50	41,2%	836,18	721,94	15,8%





No comparativo 4T10 x 4T09 os preços do álcool anidro e hidratado apresentaram forte alta de 43,8% e 41,2%, respectivamente, refletindo o menor volume de produção na região Centro-Sul durante a safra. No acumulado dos 12M10, a elevação nos preços foi de apenas 12,5% para o álcool anidro e 15,8% para o álcool hidratado, alcançando o patamar de preços observado na safra 06/07. Tal impacto nos preços ocasionou uma queda pontual na demanda de etanol no início de 2010, conforme observado no gráfico abaixo. No entanto, com o início do período de moagem em abril/10, o consumo já apresenta recuperação em razão da retomada da competitividade do etanol em relação à gasolina nos postos de combustíveis.

Para a próxima safra, de acordo com as últimas projeções da UNICA, a região Centro-Sul do Brasil deverá aumentar em aproximadamente 3,7 bilhões de litros a produção de etanol, restabelecendo assim o equilíbrio no mercado. O aumento do volume de cana de açúcar moída e a melhora da qualidade do ATR devem ser os principais catalisadores para esse forte crescimento.

Parte do volume adicional de etanol previsto para a próxima safra se refere à entrada em operação de novas unidades na região Centro-Sul. A UNICA estima que 10 novas unidades iniciarão suas atividades na safra 10/11, número bem inferior ao observado nos últimos anos com 25 novas unidades inauguradas na safra 07/08, 30 na safra 08/09 e 19 que entraram em operação na safra 09/10.

Demanda de Etanol - Centro-Sul

Bilhões de Litros







DESEMPENHO FINANCEIRO

COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA	4T10	4T09	Var. (%)	12M10	12M09	Var. (%)
Milhares de Reais						
Mercado Doméstico	152.252	164.556	-7,5%	561.001	498.360	12,6%
Açúcar	14.848	7.965	86,4%	48.682	23.386	108,2%
Álcool Hidratado	66.529	106.159	-37,3%	268.996	261.576	2,8%
Álcool Anidro	66.650	44.657	49,2%	186.183	167.767	11,0%
Energia Elétrica		893	n.m.	22.301	16.445	35,6%
Outros	4.225	4.883	-13,5%	34.839	29.186	19,4%
Mercado Externo	203.125	102.701	97,8%	622.285	276.083	125,4%
Açúcar	184.419	80.725	128,5%	533.571	205.716	159,4%
Álcool Hidratado	9.562	14.462	-33,9%	46.236	23.083	100,3%
Álcool Anidro		-	n.m.	21.423	29.098	-26,4%
RNA	9.145	7.515	21,7%	21.055	18.186	15,8%
Receita Líquida Total	355.377	267.258	33,0%	1.183.286	774.443	52,8%
Açúcar	199.267	88.690	124,7%	582.252	229.102	154,1%
Álcool Hidratado	76.091	120.620	-36,9%	315.232	284.658	10,7%
Álcool Anidro	66.650	44.657	49,2%	207.606	196.864	5,5%
RNA	9.145	7.515	21,7%	21.055	18.186	15,8%
Energia Elétrica	-	893	n.m.	22.301	16.445	35,6%
Outros	4.225	4.883	-13,5%	34.839	29.186	19,4%

Receita Líquida

A Receita Líquida do Grupo São Martinho cresceu 33,0% no comparativo 4T10 x 4T09, impulsionada pela alta de 69,3% no volume vendido de açúcar e pela melhora de 32,7% nos preços de comercialização do produto. A receita com as vendas de etanol, no entanto, veio 14% abaixo do montante registrado no 4T09, refletindo principalmente a redução de 39% no volume vendido, compensado parcialmente pela alta nos preços médios de venda no comparativo 4T10 x 4T09.

No comparativo 12M10 x 12M09 a receita líquida apresentou aumento de 52,8%, refletindo principalmente a melhora registrada nas vendas de açúcar, com aumento tanto no volume vendido quanto nos preços registrados durante a safra 09/10.

Distribuição - Receita Líquida 4T10 x 12M10



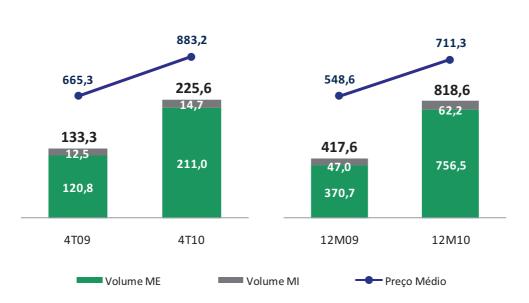






Açúcar

AçúcarVolume (mil tons) e Preço Médio (R\$/Ton)



A receita líquida das vendas de açúcar cresceu 124,7%, atingindo R\$ 199,2 milhões no 4T10, em comparação com os R\$ 88,7 milhões registrados no mesmo período do ano anterior. O acréscimo de 69,3% no volume vendido combinado com o aumento dos preços do produto no mercado interno e externo foram os principais catalisadores para o expressivo aumento da receita líquida.

O preço médio do açúcar vendido no mercado externo no 4T10 foi de aproximadamente US\$ 22 cents/pound, o que representa um acréscimo de 67,7% em relação ao preço de comercialização observado no 4T09.

Nos 12M10, o preço médio de comercialização de açúcar foi de US\$ 17,25 cents/Pound, refletindo a melhora gradual nos preços de fixação de açúcar, observada desde o 1T10. Ressaltamos que o volume vendido de açúcar nos 12M10 totalizou 818 mil toneladas sendo 17% (aproximadamente 141 mil toneladas) referente ao estoque de passagem da safra 08/09 que estava precificado abaixo de US\$ 13 cents/Pound.



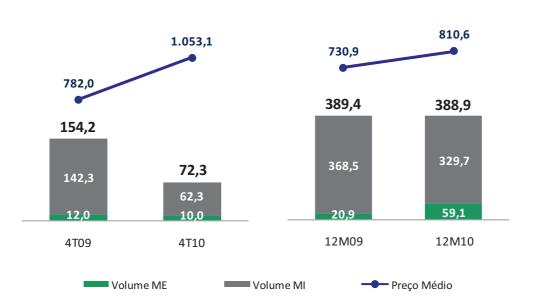




Etanol

Álcool Hidratado

Volume (mil m³) e Preço Médio (R\$/m³)



A receita líquida das vendas de álcool hidratado atingiu R\$ 76,0 milhões no 4T10, o que representa uma queda de 36,9% na comparação com o 4T09. Este resultado foi impulsionado principalmente pela queda de 53,2% no volume vendido, que acabou sendo compensado parcialmente pela melhora de 34,7% no preço médio de comercialização.

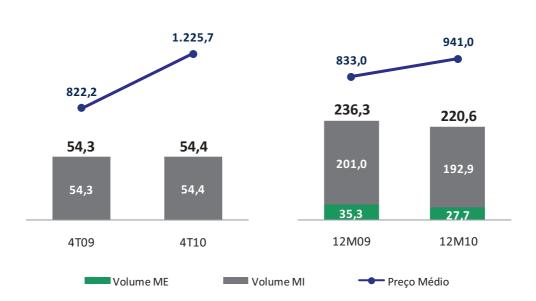
No comparativo 12M10 x 12M09, a receita líquida com a venda de hidratado cresceu 10,7% atingindo R\$ 315,2 milhões. A melhora reflete o aumento de 10,9% no preço médio de venda de hidratado, uma vez que o volume de vendas ficou praticamente no mesmo nível do registrado na safra passada.





Álcool Anidro

Volume (mil m³) e Preço Médio (R\$/m³)



A receita líquida das vendas de álcool anidro totalizou R\$ 66,6 milhões no 4T10, apresentando um crescimento de 49,2% em relação ao 4T09. O aumento de 49,1% no preço de comercialização foi o principal responsável pela melhora observada na receita com o produto, já que no 4T10 vendemos praticamente o mesmo volume de anidro registrado no 4T09.

No comparativo 12M10 x 12M09, a receita líquida de anidro apresentou alta de 5,5%, refletindo o menor volume comercializado (-6,7%) que acabou sendo compensado pela variação positiva no preço de 13,0%.

A queda no volume vendido está principalmente relacionada à piora da produtividade (menor ATR na cana de açúcar) como consequência das fortes chuvas que impactaram a safra 09/10 na região Centro-Sul.

RNA - Sal Sódico do Ácido Ribonucléico

A receita líquida alcançou R\$ 9,1 milhões no 4T10, o que representa um aumento de 21,7% no comparativo 4T10 x 4T09, impactada pelo aumento de 56,6% no volume de vendas, anulado parcialmente pela redução de 22,5% no preço de comercialização em Reais com o produto, devido basicamente à valorização cambial de magnitude similar durante o período de comparação.

A receita com RNA durante os 12M10 cresceu 15,8% em relação as vendas do exercício anterior, devido ao aumento de 6,0% no volume de vendas e preço de comercialização 9,1% acima do registrado na safra passada.







Energia Elétrica

A concentração de geração de energia elétrica ocorre nos meses de moagem (entre abril e dezembro de cada ano). Sendo assim, a receita com a comercialização de energia obtida durante o 4º trimestre de cada safra, é somente residual, como no caso da registrada no 4T09.

No comparativo 12M10 x 12M09, a receita líquida cresceu 35,6%, atingindo R\$ 22,3 milhões. O volume comercializado apresentou crescimento de 64,3%, refletindo o maior período de cogeração na Usina Boa Vista na safra 09/10.

O preço de comercialização de energia apresentou queda de 17,5%, impactado basicamente pelas vendas realizadas no mercado spot de energia.

Outros Produtos e Serviços

A receita líquida do item "Outros Produtos e Serviços" totalizou R\$ 4,2 milhões no 4T10 e R\$ 34,8 milhões nos 12M10, o que representa uma queda de 13,5% e um aumento de 19,4%, respectivamente, em relação ao ano anterior. O aumento da receita durante a safra 09/10 está relacionado ao maior volume de vendas de insumos aos fornecedores de cana de açúcar. Como prática da política de relacionamento de longo prazo com seus fornecedores, o Grupo São Martinho compra esporadicamente maior quantidade de insumos e os revende a preço de custo aos fornecedores.

ESTOQUES

ESTOQUES	4T10	4T09	Var. (%)
Açúcar (Toneladas)	24.356	141.240	-82,8%
Álcool Hidratado (m³)	9.587	31.299	-69,4%
Álcool Anidro (m³)	25.579	22.043	16,0%

A redução dos estoques de álcool hidratado na comparação 4T10 x 4T09, está diretamente relacionada à estratégia comercial de acelerar as vendas no 4T10, devido ao inicio da safra em março/10 e conseqüente aumento da oferta do produto.

A forte redução dos estoques de açúcar refere-se a estratégia comercial estabelecida no final da safra 08/09. Na ocasião, concentramos as vendas contra a tela de Março/09 (embarques a partir de abril/09). Assim, grande parte do faturamento ocorreu apenas no exercício social de 2010, impactando positivamente na redução de estoques na comparação 4T10 x 4T09.





EBITDA E CUSTO EBITDA POR PRODUTO

EBITDA POR PRODUTO - 12M10	AÇÚCAR	ETANOL	OUTROS	TOTAL
Milhares de R\$				
Receita Líquida	582.253	522.838	78.195	1.183.286
CPV (Caixa)	(275.812)	(339.924)	(57.763)	(673.499)
Lucro Bruto (Caixa)	306.441	182.914	20.432	509.787
Margem Bruta (Caixa)	52,6%	35,0%	26,1%	43,1%
Despesas de Vendas	(46.047)	(15.086)	(321)	(61.453)
Despesas G&A	(35.781)	(43.610)	(8.821)	(88.212)
Outras receitas (despesas)	-	-	3.572	3.572
EBITDA	224.613	124.218	14.862	363.694
Margem EBITDA	38,6%	23,8%	19,0%	30,7%
Custo EBITDA (*)	436,9	654,0	-	-

(*) Açúcar em R\$/Tonelada Etanol em R\$/M³

Nos 12M10, o açúcar foi responsável por 62% do EBITDA consolidado do grupo, enquanto o etanol e outros produtos, responderam por 34% e 4%, respectivamente. A maior participação do açúcar está diretamente relacionada à melhor rentabilidade do produto em todos os trimestres já reportados.

No 4T10 o açúcar foi responsável por 73% do EBITDA consolidado do grupo, enquanto o etanol e outros produtos, responderam por 26% e 1%, respectivamente. A margem EBITDA do açúcar atingiu 44,2% no 4T10, apresentando alta em relação ao 3T10 (42,8%). A melhora na margem está diretamente ligada ao melhor preço de vendas obtido no 4T10 em relação ao 3T10 (+21%). No entanto, o impacto positivo da melhora no preço acabou sendo limitada pela elevação de 18% no custo EBITDA do açúcar no 4T10, devido basicamente ao ajuste do "Consecana" que é realizado no final da safra.

No caso do etanol, a margem EBITDA atingiu 21,9% no 4T10 o que representou uma redução de 12,6 pontos percentuais em relação ao 3T10. A piora na margem é atribuída principalmente ao aumento de 41,4% no custo EBITDA no comparativo 4T10 x 3T10. O aumento do custo EBITDA do etanol, está principalmente relacionado ao ajuste do "Consecana" além do menor volume de produção (devido ao excesso de chuvas) que prejudicou a diluição de custos fixos do produto.





CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV) - CAIXA	4T10	4T09	Var.%	12M10	12M09	Var.%
Em Milhares de R\$						
Custos Agrícolas	161.184	125.588	28,3%	548.370	356.158	54,0%
Fornecedores	67.383	57.687	16,8%	246.854	151.987	62,4%
Parceiros	17.221	12.286	40,2%	55.186	31.821	73,4%
Cana Própria	76.579	55.615	37,7%	246.330	172.351	42,9%
Industrial	22.732	20.944	8,5%	73.000	57.510	26,9%
Outros Produtos	10.589	10.309	2,7%	52.130	47.762	9,1%
Total do CPV	194.505	156.840	24,0%	673.499	461.431	46,0%
ATR vendido ('000 Tons)	455	497	-8,4%	1.906	1.514	25,9%
Custo Unitário (CPV açúcar e álcool/ATR)	404	295	37,0%	326	273	19,3%

Conforme observado acima, o "CPV Caixa" registrado no 4T10 apresentou aumento de 24,0% ou R\$ 37,6 milhões em relação ao 4T09. O principal impacto está associado ao acréscimo nos custos de fornecedores de cana de açúcar e arrendamento/parceria de terras, devido ao aumento de 25,5% do CONSECANA no período, já que o volume vendido (em ATR equivalente) foi 8,4% inferior ao do 4T09.

DESPESAS COM VENDAS

DESPESAS COM VENDAS	4T10	4T09	Var.%	12M10	12M09	Var.%
Em Milhares de R\$						
Custos Portuários	1.597	1.023	56,1%	7.651	3.968	92,8%
Fretes	12.101	7.916	52,9%	50.688	28.373	78,6%
Comissão sobre Vendas	600	1.055	-43,1%	3.114	2.637	18,1%
Despesas com Vendas	14.298	9.994	43,1%	61.453	34.979	75,7%
ATR vendido ('000 Tons)	455	497	-8,4%	1.906	1.514	25,9%
% da Receita Líquida	4,0%	3,7%	0,3 p.p.	5,2%	4,5%	0,7 p.p.

O aumento das despesas com vendas na comparação 4T10 x 4T09 é explicado principalmente pelo crescimento de 74,7% no volume de exportações de açúcar.

No 4T10 as exportações do Grupo São Martinho foram equivalentes a 57% da receita líquida, em comparação com 38% no 4T09.

O forte crescimento das despesas com vendas no comparativo 12M10 x 12M09 está relacionado ao crescimento de 96% no volume de açúcar exportado e de 55% no total de exportações de etanol.



DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS - (CAIXA*)	4T10	4T09	Var.%	12M10	12M09	Var.%
Em Milhares de R\$						
Despesas de Pessoal	6.103	9.653	-36,8%	27.321	31.127	-12,2%
Impostos, Taxas e Contribuições	1.981	1.998	-0,8%	11.877	11.716	1,4%
Provisões para Contingências	7.969	4.196	89,9%	17.008	17.539	-3,0%
Despesas Gerais e Serviços de Terceiros	6.227	7.352	-15,3%	21.444	24.457	-12,3%
Honorários da administração	4.887	1.794	172,4%	10.562	8.472	24,7%
Total das Despesas Gerais e Administrativas	27.167	24.993	8,7%	88.212	93.311	-5,5%

^{*} Desconsiderando a Depreciação e Amortização

As despesas gerais e administrativas no 4T10 totalizaram R\$ 27,1 milhões, um acréscimo de 8,7% em relação ao 4T09, devido principalmente a: 1) aumento nas previsões para contingências (+ R\$ 3,7 milhões), 2) aumento com honorários da administração (+ R\$ 3,0 milhões), devido ao pagamento de remuneração variável neste final de safra e; 3) inflação acumulada do período.

No acumulado 12M10, houve redução de 5,5% nas despesas Gerais e Administrativas, refletindo uma queda observada nas linhas mais representativas deste grupo de gastos nos seguintes montantes: Pessoal (- R\$ 3,8 milhões) e; Gerais e Serviços de Terceiros (- R\$ 3,0 milhões). A queda nos Gastos Gerais e Administrativos resulta de medidas adotadas no inicio da safra com objetivo de melhorar nossas margens.

EBITDA

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA	4T10	4 T09	Var.%	12M10	12M09	Var.%
Em Milhares de R\$						
EBITDA Ajustado	120.210	77.023	56,1%	363.694	189.792	91,6%
Margem EBITDA Ajustado	33,8%	28,8%	5,0 p.p.	30,7%	24,5%	6,2 p.p.
Receitas (Despesas) Operacionais - Não recorrente	(848)	(27.310)	-96,9%	(3.591)	(58.238)	-93,8%
Itens não caixa lançados no CPV	-	3.033	n.m.	(6.313)	4.851	n.m.
EBITDA	121.058	101.300	19,5%	373.598	243.179	53,6%
Margem EBITDA	34,1%	37,9%	-3,8 p.p.	31,6%	31,4%	0,2 p.p.
(-) Depreciação e Amortização	(69.357)	(64.221)	8,0%	(261.838)	(202.506)	29,3%
(-) Despesa Financeira Líquida	(18.643)	(11.845)	57,4%	16.717	(172.489)	n.m.
(=) Lucro (Prejuízo) Operacional	33.058	25.234	31,0%	128.477	(131.816)	n.m.

EBITDA Ajustado

O EBITDA ajustado do Grupo São Martinho no 4T10 atingiu R\$ 120,2 milhões, o que representa um acréscimo de 56,1% em relação ao 4T09. O principal impacto positivo veio do aumento de preço e volume comercializado de açúcar no comparativo entre os trimestres, conforme detalhamos no item "Receita Líquida".

No acumulado dos 12M10 as vendas de açúcar ainda se destacam, representando 62% do EBITDA Ajustado consolidado, em comparação com apenas 34% do etanol. A combinação de crescimento no volume e preços de açúcar em 96% e 30%, respectivamente, foi o grande catalisador para alcançarmos o EBITDA Ajustado de R\$ 364 milhões no acumulado 12M10.







EBITDA HEDGE

O Grupo São Martinho tinha comprometido aproximadamente US\$ 229,1 milhões ao preço médio de R\$ 1,8544 / US\$ de suas exportações de açúcar e etanol da safra 2010/11. Tal exposição foi estruturada através de operações no mercado futuro (NDF) e Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC).

Em 31/03/2010, a marcação a mercado dessas operações representou uma receita de R\$ 64,7 milhões (nos 12M10) e uma despesa de R\$ 4,6 milhões no 4T10.

Na mesma data, a marcação a mercado de nossas fixações de açúcar através de instrumentos derivativos (vide detalhamento abaixo no item "Açúcar"), gerou uma despesa contábil de R\$ 34,9 milhões (nos 12M10) e uma receita de R\$ 13,4 milhões no 4T10.

No quadro abaixo detalhamos a composição de nosso EBITDA após os efeitos dessas posições a valor de mercado em 31/03/2010:

EBITDA HEDGE	1T10	2T10	3T10	4T10	12M10
Em Milhares de R\$					
EBITDA Hedge	67.880	94.806	101.722	129.068	393.476
Margem EBITDA Hedge	31,2%	33,1%	31,4%	36,3%	33,3%
Resultado Hedge Açúcar	(6.683)	(14.011)	(27.645)	13.419	(34.921)
Resultado Hedge Moeda	30.368	32.315	6.580	(4.561)	64.702
EBITDA Ajustado	44.195	76.502	122.787	120.210	363.694
Margem EBITDA Ajustado	20,3%	26,7%	37,9%	33,8%	30,7%

Dólar

Em 31/03/2010, o Grupo São Martinho possuía em aberto US\$ 140,3 milhões vendidos em câmbio futuro através de NDF (*Non-Deliverable Forward*) ao preço médio de R\$ 1,8741 / US\$ com vencimentos até janeiro/2011.







Açúcar

Em 31/03/2010, o Grupo São Martinho possuía posições em derivativos e fixações de preços junto a clientes e no mercado futuro, nos seguintes volumes:

OPÇÕES / FIXAÇÕES	Tela	Tons	Preço Médio	Situação em 20/05/2010 (*)
īpo				
Compra de "PUT" Venda de "CALL"	mai/10 a Jul/10 mai/10 a jul/10	14.224 14.224	18,27 21,45	"Dentro do Dinheiro" "Fora do Dinheiro"
Contratos Futuros - Posição Vendida	mai/10 a mar/11 Safra 10/11	72.542 72.542	19,59 19,59	
Fixações junto a clientes (sem chamada de margem)	Safra 09/10 e 10/11 Safra 09/10 Safra 10/11	123.602 11.532 112.070	22,31 27,25 21,81	
Venda Futura (sem chamada de margem)	mai/10 a mar/11 Safra 10/11	289.814 289.814	20,24 20,24	
Subtotal I	Safra 2009/10	11.532	27,25	- -
Subtotal II	Safra 2010/11	474.426	20,51	_

^(*) Opção "Fora do Dinheiro" - Considerando o preço atual do contrato futuro a opção não sería exercida Opção "Dentro do Dinheiro" - Considerando o preco atual do contrato futuro a opção sería exercida

Safra 2009/10 - 11.532 toneladas de açúcar fixadas ao preço médio de US\$ 27,25 cents/pound, correspondente a aproximadamente 47% do volume de açúcar disponível em estoque no 4T10.

Safra 2010/11 - 474.426 toneladas de açúcar fixadas ao preço médio de US\$ 20,51 cents/pound, correspondente a aproximadamente 55% do volume de produção de açúcar estimado para toda a safra (860.000 toneladas).

Hedge Accounting - Até fevereiro de 2010 a Companhia e suas controladas não aplicavam a chamada contabilização de hedge (hedge accounting), embora fizessem uso de derivativos com o objetivo de proteção, motivo pelo qual as correspondentes variações do valor justo dos derivativos eram contabilizadas diretamente no resultado do exercício, na rubrica "Resultado financeiro". A partir de março de 2010, inclusive, a Companhia e suas controladas passaram a adotar a contabilização de hedge accounting para os derivativos assim designados.

As operações de hedge accounting seguem a política de risco aprovada pela administração da Companhia e de suas controladas e são submetidas a testes periódicos de efetividade, retrospectivo e prospectivo. Apenas a parcela dos derivativos designada para proteção, alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial"), líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidos (ganho potencial de R\$ 45,8 milhões em março/10).

Na liquidação das referidas operações de hedge accounting de fluxo de caixa, seus efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica de "Receita bruta de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas no objeto do hedge.







RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

RESULTADO FINANCEIRO	4T10	4T09	Var.%	12M10	12M09	Var.%
Em Milhares de R\$						
Receitas Financeiras	3.418	3.820	-10,5%	8.126	14.811	-45,1%
Despesas Financeiras	(20.317)	(21.882)	-7,2%	(64.182)	(97.077)	-33,9%
Resultado de Hedge - Açúcar	13.419	(1.385)	n.m.	(34.920)	9.579	n.m.
Variação Cambial	(13.843)	9.465	n.m.	113.628	(90.241)	n.m.
Variação Monetária Copersucar	(1.320)	(1.863)	-29,2%	(5.935)	(9.561)	-37,9%
Resultado Financeiro Líquido	(18.643)	(11.845)	57,4%	16.717	(172.489)	n.m.

O resultado financeiro do 4T10 foi impactado positivamente pelo resultado de hedge de açúcar no valor de R\$ 13,4 milhões devido à forte baixa no preço internacional da commodity que acabou impactando a marcação a mercado dos nossos contratos de futuros, termo e de opções relacionados à commodity. Este efeito positivo acabou sendo anulado pelo resultado negativo de R\$ 13,8 milhões por conta da variação cambial, incidente sobre o nosso endividamento denominado em dólar (38% em março/10), além de posições vendidas em NDF. Ressaltamos que a maior parte da referida marcação a mercado foi realizada e levada para o resultado financeiro até 28/02/2010, data que entrou em vigor o "Hedge Accounting", conforme detalhamos no item acima.

Nos 12M10, o principal impacto veio da variação cambial que resultou em uma receita no valor de R\$ 113,6 milhões. Com isso, o nosso resultado financeiro líquido passou de uma despesa financeira de R\$ 172,5 milhões nos 12M09, para uma receita financeira de R\$ 16,7 milhões no acumulado da safra 2009/10.

CAPITAL DE GIRO OPERACIONAL

CAPITAL DE GIRO OPERACIONAL	4T09	3T10	4T10	4T10 x 3T10	4T10 x 4T09
R\$ - Milhares					
ATIVO	394.920	585.327	331.585	253.742	63.335
Contas a receber	45.544	62.804	41.628	21.176	3.916
Estoques	296.404	447.581	218.183	229.398	78.221
Tributos a recuperar	52.972	74.942	71.774	3.168	(18.802)
PASSIVO	120.786	157.390	132.320	(25.070)	11.534
Fornecedores	76.150	109.211	74.172	(35.039)	(1.978)
Salários e contribuições sociais	34.932	35.815	41.546	5.731	6.614
Tributos a recolher	9.704	12.364	16.602	4.238	6.898
CAPITAL DE GIRO	274.134	427.937	199.265	228.672	74.869

Conforme observamos acima, o Grupo São Martinho possuía no 4T10, R\$ 199,2 milhões em capital de giro investido em suas operações, o que indica uma redução (liberação de caixa) de aproximadamente R\$ 74,9 milhões em relação ao 4T09, devido basicamente a redução no nível de estoques de produtos acabados no comparativo 4T10 x 4T09.







LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

O Grupo São Martinho apresentou um lucro líquido de R\$ 20,9 milhões no 4T10 e de R\$ 93,2 milhões no acumulado dos 12M10, revertendo assim, o prejuízo de R\$ 71,8 milhões registrado na safra anterior (12M09). As principais razões para a melhora foram:

1) forte crescimento no volume de vendas de açúcar dado o maior volume de produção na safra atual; 2) aumento de 29,7% nos preços médios de açúcar em reais e; 3) aumento de 11,5% nos preços médios de etanol em relação à safra anterior.

OBRIGAÇÕES COM A COPERSUCAR

Em 31 de março de 2010, o Grupo São Martinho tinha registrado em seu balanço R\$ 196,2 milhões de obrigações junto à Copersucar. Tendo em vista os termos negociados no processo de desligamento da Copersucar, manteremos registrado na rubrica de "Obrigações – Copersucar", no exigível a longo prazo, os passivos relacionados às contingências que se encontram sob discussão judicial patrocinada pelos advogados da Copersucar. Tais obrigações continuam a ser garantidas por fianças bancárias no montante de R\$ 155,1 milhões no consolidado.





ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	Mar/10	Mar/09	Var%.
Em Milhares de R\$			
PESA	75.859	79.858	-5,0%
Crédito Rural	48.020	42.809	12,2%
BNDES / FINAME	461.611	523.396	-11,8%
Capital de Giro	43.467	32.671	33,0%
ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio)	146.979	214.280	-31,4%
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	178.500	237.706	-24,9%
Outros	703	881	-20,2%
Dívida Bruta Total	955.139	1.131.601	-15,6%
Disponibilidades	130.634	190.063	-31,3%
Dívida Líquida	824.505	941.538	-12,4%
Dívida Líquida ex. PESA	748.646	861.680	-13,1%

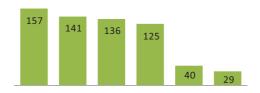
Em 31 de março de 2010, o endividamento liquido consolidado do Grupo São Martinho totalizava R\$ 824,5 milhões, representando um decréscimo de R\$ 117,0 milhões ao compararmos com o montante registrado em 31 de março de 2009.

A queda observada no endividamento do grupo foi ocasionada pela combinação de forte geração de caixa no acumulado de 12 meses e variação cambial positiva em nosso endividamento denominado em dólar. Com isso, conforme observamos no gráfico abaixo, encerramos o exercício de 2010 com índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 2,3 vezes, índice esse que consideramos confortável para darmos andamento no nosso plano de crescimento.

Distribuição do Endividamento



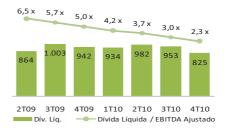




abr/11 a abr/12 a abr/13 a abr/14 a abr/15 a abr/16 a mar/12 mar/13 mar/14 mar/15 mar/16 dez/26



Dívida Líquida / EBITDA LTM Evolução









CAPEX

SÃO MARTINHO - CONSOLIDADO	4T10	4T09	Var.%	12M10	12M09	Var.%
Capex (Manutenção)						
Plantio de Cana	16.416	30.347	-45,9%	79.256	81.967	-3,3%
Industriais / Agrícolas	79.775	63.079	26,5%	115.348	102.158	12,9%
Sub Total	96.191	93.426	3,0%	194.604	184.125	5,7%
Modernização / Mecanização / Expansão						
Industriais / Agrícolas	19.540	-	n.m.	22.116	3.374	555,4%
Outros	-	123	n.m.	306	11.120	-97,2%
Sub Total	19.540	123	n.m.	22.422	14.494	54,7 %
Usina Boa Vista (Greenfield)						
Plantio de Cana	11.430	13.099	-12,7%	56.040	63.159	-11,3%
Industriais / Agrícolas	6.207	28.447	-78,2%	39.903	195.655	-79,6%
Sub Total	17.637	41.546	-57,5%	95.943	258.814	-62,9%
Total Geral	133.369	135.095	-1,3%	312.970	457.433	-31,6%

O grande destaque dos investimentos na comparação do 4T10 x 4T09 foi a redução dos gastos na Usina Boa Vista. No quarto trimestre de 2010 direcionamos os desembolsos dessa unidade para a ampliação do canavial próprio e compra de equipamentos agrícolas, principalmente para a realização da colheita.

Outro destaque nos investimentos está relacionado aos R\$ 18 milhões alocados em Modernização/Mecanização/Expansão referentes ao projeto de investimento aprovado para aumento de flexibilidade na produção de açúcar nas unidades São Martinho e Iracema, conforme plano anunciado por meio de Fato Relevante divulgado no final de outubro/09.

AVISO LEGAL

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da São Martinho são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

SOBRE O GRUPO SÃO MARTINHO

A São Martinho S.A. é uma das maiores produtoras de açúcar e etanol do Brasil. A capacidade de moagem do Grupo para a safra 2010/11 deverá atingir 14,0 milhões de toneladas por ano com os investimentos realizados durante a safra 2009/10. A Sociedade produz açúcar e etanol em três usinas, Unidade Iracema, Unidade São Martinho e Unidade Boa Vista. www.saomartinho.ind.br/ri







DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

SÃO MARTINHO S.A - CONSOLIDADO	4T10	4T09	Var %	12M10	12M09	Var %
Em milhares de Reais						
Receita bruta	379.333	300.185	26,4%	1.282.149	867.629	47,8%
Deduções da receita bruta	(23.956)	(32.927)	-27,2%	(98.863)	(93.186)	6,1%
Receita líquida	355.377	267.258	33,0%	1.183.286	774.443	52,8%
Custo dos produtos vendidos (CPV)	(261.092)	(219.805)	18,8%	(916.546)	(637.041)	43,9%
Lucro bruto	94.285	47.453	98,7%	266.740	137.402	94 ,1%
Margem bruta (%)	26,5%	17,8%	8,8 p.p	22,5%	17,7%	4,8 p.p
Despesas operacionais	(42.584)	(10.374)	310,5%	(154.980)	(96.729)	60,2%
Despesas com vendas	(14.298)	(9.994)	43,1%	(61.453)	(34.979)	75,7%
Despesas gerais e administrativas	(24.794)	(25.645)	-3,3%	(88.882)	(100.176)	-11,3%
Honorários da administração	(4.887)	(1.794)	172,4%	(10.562)	(8.472)	24,7%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1.395	27.059	-94,8%	5.917	46.898	-87,4%
Lucro operacional antes dos efeitos financeiros	51.701	37.079	39,4%	111.760	40.673	174,8%
Receitas (despesas) financeiras:	(18.643)	(11.845)	57,4 %	16.717	(172.489)	n.m.
Receitas financeiras	51.833	16.976	205,3%	104.629	52.431	99,6%
Despesas financeiras	(61.189)	(32.048)	90,9%	(171.209)	(154.748)	10,6%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(9.287)	3.227	n.m.	83.297	(70.172)	n.m.
Lucro (prejuízo) operacional antes do IR e CS	33.058	25.234	31,0%	128.477	(131.816)	n.m.
IR e contribuição social - parcela corrente	(12.323)	-	n.m.	(21.014)	(954)	n.m.
IR e contribuição social - parcela diferida	165	7.316	-97,7%	(11.181)	54.510	n.m.
Lucro líquido (prejuízo) antes da participação dos minoritários	20.900	32.550	-35,8%	96.282	(78.260)	n.m.
Participação dos minoritários	-	604	n.m.	(3.086)	6.395	n.m.
Lucro líquido (prejuízo) do período	20.900	33.154	-37,0%	93.196	(71.865)	n.m.
Margem líquida (%)	5,9%	12,4%	-6,5 p.p	7,9%	-9,3%	n.m.





BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)

São Martinho S.A ATIVO		
Em milhares de Reais		
ATIVO	mar/10	mar/09
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	130.634	190.063
Contas a receber	41.628	45.544
Instrumentos finaceiros derivativos	58.984	6.110
Estoques	218.183	296.404
Tributos a recuperar	71.774	52.972
Outros ativos	6.086	10.900
TOTAL CIRCULANTE	527.289	601.993
_		
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Partes relacionadas	211	3.424
I.R e C.S diferidos	112.147	130.973
Contas a receber - Copersucar	4.020	24.092
Tributos a recuperar	47.390	67.578
Outros ativos	191	839
	163.959	226.906
Investimentos	3.540	3.482
Imobilizado	2.548.422	2.481.605
Intangível	37.167	37.887
Diferido	40.177	42.819
TOTAL NÃO CIRCULANTE	2.793.265	2.792.699
TOTAL DO ATIVO	3.320.554	3.394.692





BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)

São Martinho S.A. - Balanço Patrimonial Consolidado - PASSIVO

Em milhares de Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	mar/10	mar/09	
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	326.746	401.115	
Instrumentos finaceiros derivativos	580	6.269	
Fornecedores	74.172	76.150	
Obrigações - Copersucar	2.203	2.203	
Salários e contribuições sociais	41.546	34.932	
Tributos a recolher	16.602	9.704	
Partes relacionadas	123	3.277	
Dividendos a Pagar	6.469	-	
Outros passivos	13.353	25.858	
TOTAL	481.794	559.508	
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	628.393	730.486	
Obrigações - Copersucar	194.042	216.369	
Impostos parcelados	47.213	8.963	
I.R e C.S diferidos	224.847	208.477	
Provisão para contingências	39.309	74.127	
Outros passivos	15.538	3.318	
TOTAL	1.149.342	1.241.740	
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	-	18.243	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	360.000	360.000	
Reserva de reavaliação	1.068.202	1.117.599	
Ajustes de avaliação patrimonial	45.821	-	
Reservas de Lucros	217.294	99.501	
Ações em Tesouraria	(1.899)	(1.899)	
TOTAL	1.689.418	1.575.201	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.320.554	3.394.692	





FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

SÃO MARTINHO S.A.	12M10
Em milhares de Reais	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro líquido do período	93.196
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais:	
Depreciação e amortização	261.838
Custo residual de investimento e imobilizado baixado	3.017
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	(27.237)
Constituição de provisão para contingências, líquidas	8.008
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.591
Constituição (reversão) de provisão para perdas na realização dos estoques	(6.313)
Efeitos da adesão ao REFIS - Parcelamento da Lei 11.941	(3.659)
Participação de acionistas minoritários	3.086
Ajuste a valor presente e outros	2.946
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	
Contas a receber	3.178
Estoques	79.916
Tributos a recuperar	2.833
Partes relacionadas	59
Bens destinados a venda	(115)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.488)
Outros ativos	25.014
Fornecedores	(2.168)
Salários e contribuições sociais	3.932
Tributos a recolher	25.984
Impostos parcelados	(335)
Provisão para contingencias	(7.581)
Outros passivos	(378)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	472.324
Juros pagos	(39.618)
Imposto de renda e controbuição social pagos	(21.163)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	411.543
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aplicação de recursos em investimentos	(22.460)
Adições ao imobilizado, intangível e diferido	(321.492)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(343.952)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Captação de financiamentos - terceiros	610.008
Amortização de financiamentos - Copersucar	(26.491)
Amortização de financiamentos - terceiros	(692.206)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(18.331)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	(127.020)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	(59.429)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	190.063
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	130.634
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	00.7/0
Valores a pagar a fornecedores referentes à aquisição de imobilizado	30.768